

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E  
EMPRESARIAIS**

**ISCEE**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: CONTROLO FINANCEIRO

TRABALHO DE FIM DE CURSO:

**“O IMPACTO FISCAL DECORRENTE DO PROCESSO DE  
REMENSURAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS”**

**Aluno:**

Arickson Renato Rodrigues Maocha

Mindelo, Junho de 2011

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E  
EMPRESARIAIS**

**ISCEE**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: CONTROLO FINANCEIRO**

**TRABALHO DE FIM DE CURSO:**

**“O IMPACTO FISCAL DECORRENTE DO PROCESSO DE  
REMENSURAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS”**

Arickson Renato Rodrigues Maocha

**ORIENTADOR:** Dr. Adelino Vital Fonseca

Mindelo, Junho de 2011

*“A mudança é a lei da vida. Aqueles que olham apenas para o passado ou para o presente serão esquecidos no futuro”.*

John F. Kennedy

*“Nada é permanente, excepto a mudança”.* Heráclito

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, João Maocha e Antónia Rodrigues, que não pouparam esforços para que eu estivesse aqui, hoje, a redigir estas simbólicas palavras.

## AGRADECIMENTOS

É imprescindível agradecer aqueles que de forma directa ou indirecta contribuíram para que fosse possível terminar esta importante etapa da minha formação.

E primeiro lugar agradeço a Deus que, por intermédio do seu filho, Jesus Cristo, me concedeu a inteligência e me norteou no caminho do bem e da sabedoria.

Aos meus pais João Maocha e Antónia Rodrigues, aos meus irmãos Evandro, Maria, Edilene e Nélida e a todos os meus familiares pelo apoio e pelos momentos das suas vidas que falei com a minha presença.

É como muito apreço e carinho que agradeço a orientação preciosa do Dr. Adelino Vital Fonseca, que sempre se disponibilizou para conselhos e contribuições necessárias para a conclusão do trabalho. Agradeço do fundo do meu coração (bem haja).

Ao ISCEE pela realização do curso e ao FICASE (ex Delegação e Qualificação de Quadros) pela oportunidade na concessão da bolsa de estudos.

À todos os professores do ISCEE que para além do conhecimento académico transmitido, sempre foram amigos e solidários para connosco.

Gostaria de agradecer a ANV, SA na pessoa do Director Geral, o Dr. Malaquias pela disponibilidade e fornecimento de toda a documentação e demais informações, sem as quais não seria possível a realização do caso prático.

A todos os meus colegas, em especial ao Fretson Lopes, Eloneida Rocha e Ângelo Pinto pelo incentivo e colaboração, não só no trabalho, como ao longo do curso.

Finalmente, mas não menos importante, aos meus colegas de trabalho e a todos os meus amigos.

A todos, muitíssimo obrigado!

## RESUMO ANALÍTICO

O objectivo deste estudo consiste em evidenciar a política contabilística de revalorização de activos fixos tangíveis e o seu impacto numa entidade, principalmente a nível da tributação dos rendimentos.

A abordagem é direccionada para o meio empresarial cabo-verdiano onde se pretende dar a conhecer o enquadramento legal e fiscal existente, assim como ilustrar com um caso prático.

O trabalho foi preparado com base em consulta de bibliografia especializada, de normativos estabelecidos no país e ainda a recolha de dados práticos sobre o tema e entrevistas com profissionais na área.

Partimos do geral para o particular, isto é, começamos por trabalhar o conteúdo dos activos fixos tangíveis no geral, para posteriormente entrarmos no objecto de estudo: a revalorização dos activos fixos tangíveis, e assim dar a conhecer os impactos que este tema traz para uma entidade.

O trabalho inicia com um enquadramento teórico de conceitos relacionados com os fenómenos que levam com que um bem perca valor ao longo dos anos, assim como outras matérias directamente ligadas às revalorizações (exemplo da manutenção de capital físico e financeiro).

É feita uma abordagem normativa e conceitual geral sobre os activos fixos tangíveis: o reconhecimento, a mensuração inicial e subsequente, a divulgação e o Desreconhecimento. É uma abordagem comparativa com o sistema contabilístico anterior (Plano Nacional de Contabilidade).

No tratamento da mensuração subsequente dos activos fixos tangíveis introduzimos o estudo da Revalorização do Activos Fixos Tangíveis, referindo as normas contabilísticas e as leis fiscais relacionadas e os impactos que traz para a empresa.

**PALAVRAS-CHAVE:** mensuração subsequente, revalorização, justo valor, impacto.

## **ABSTRACT**

The aim of this research consist in show evidences about the accounting policy of value of revalorization of Tangible Assets and its impact in an entity, mainly in terms of taxation incoming.

The approach is directed to the Cape-Verdean enterprise environment where is intended to give to know the legal and tax framing, as well illustrate with a practical case.

This task was prepared based on specialized bibliographic researches, of normative established in the country and also the collecting of practical data about the theme and interviews with professionals in the area.

We start from general to particular, that is, we started working on the contents of Tangible Assets in general, to later on get into the study object: the revalorization of Tangible Assets and thus give to know the impacts that this brings to an entity.

The task tarts with the theoretical framing of concepts related with the phenomenon that lead one good lose its value along the years, as well other material goods directly connected to revalorization (example of maintenance of physical and financial capital).

It is made a normative and general conceptual approach about the Tangible Assets: the recognizing, the measurable initiate and subsequently, the divulgation and the unknown. It is a comparative approach with the previous accounting system (National Accounting Plan).

In the treatment of the measurable of Tangible Assets we introduced the study of Revalorization of Tangible Assets, referring the accounting rules and the related fiscal laws and the impacts that bring to the company.

**KEY WORDS:** Measurable Subsequent, Revalorization, Fair Value, Impact.

# ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>I</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>II</b>
<b>RESUMO ANALÍTICO .....</b>	<b>III</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>IV</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>XII</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1.2. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA .....</b>	<b>2</b>
<b>1.3. OBJECTIVO .....</b>	<b>3</b>
<b>1.4. METODOLOGIA .....</b>	<b>4</b>
<b>1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS.....</b>	<b>6</b>
2.1. Breve resenha história da contabilidade.....	6
2.2. Enquadramento Geral (referencial teórico).....	8
2.2.1. O Custo Histórico.....	8
2.2.2. A Inflação e a Informação Contabilística.....	9
2.2.3. Conceitos de Capital e de manutenção de capital .....	10
2.2.4. A derrogação do Custo Histórico .....	12
2.2.5. Métodos de correcção da Inflação e Índices de Correcção Monetária (IPC) .....	13
<b>3. A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E FISCAL NO TRATAMENTO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E A SUA REMENSURAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
3.1. Principais Conceitos.....	17



3.2.	Normas Internacionais relativamente aos AFT's .....	18
3.2.1.	Normas Internacionais – história geral, normas AFT .....	18
3.3.	A Normalização Contabilística de Cabo Verde .....	20
3.3.1.	História dos Normativos Contabilísticos Cabo-verdianos .....	20
3.3.2.	SNCRF e sua composição .....	21
3.3.3.	Normas de Relato Financeiro para os Activos Fixos Tangíveis.....	23
3.4.	Comparação entre as Normas Nacionais (SNCRF) e as Internacionais.....	36
<b>4.</b>	<b>O TRATAMENTO FISCAL DAS REVALORIZAÇÕES DOS AFT.....</b>	<b>37</b>
4.1.	A tributação dos excedentes de revalorização.....	37
4.2.	O SNCRF e os Impostos sobre os rendimentos .....	39
4.3.	Incompatibilidades das Leis Fiscais em relação ao SNCRF .....	41
<b>5.</b>	<b>IMPACTO DAS RESERVAS RESULTANTES DA REMENSURAÇÃO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....</b>	<b>43</b>
5.1.	Impacto no Património .....	43
5.2.	Impacto no Auto-financiamento e liquidez da empresa .....	44
5.2.1.	Auto-financiamento.....	44
5.2.2.	Liquidez.....	46
5.3.	Impacto a Nível da Tributação dos Rendimentos .....	46
<b>6.</b>	<b>ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>49</b>
6.1.	Metodologia .....	49
6.2.	Apresentação da empresa .....	49
6.2.1.	Identificação .....	49
6.3.	História da empresa.....	50
6.4.	A ANV, SA em números nos últimos 6 anos (de 2005 a 2010).....	51
6.5.	Descrição do caso em estudo (incluir a metodologia e processo de avaliação) .....	51
6.6.	Análise do caso.....	54
6.6.1.	Análise da contabilização da revalorização.....	54
6.6.2.	Análise da situação da empresa após revalorização .....	59
6.7.	Conclusões sobre o caso.....	63
<b>7.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>67</b>

<b>ANEXOS .....</b>	<b>70</b>
---------------------	-----------

## LISTA DE ABREVIATURAS

AFT – Activos Fixos Tangíveis

BCV – Banco de Cabo Verde

CANGP – *Current Purchasing Power* ou Contabilidade Ajustada ao Nível Geral de Preços

CCIO – Classes do Consumo Individual por Objectivos

CCR – *Current Cost Accounting* ou Contabilidade ao Custo de Reposição

CCRA – Contabilidade ao Custo de Reposição ao Nível Geral de Preços

CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística

DC – Directriz Contabilística

DGCI – Direcção Geral de Contribuições e Impostos

EC – Estrutura Conceptual

FAS – *Financial Accounting Standards*

FIFO – First In, First Out

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*

IPC – Índice de Preços do Consumidor

IUR – Imposto sobre os Rendimentos

IUR-PC – Imposto sobre os Rendimentos – Pessoas Colectivas

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LIFO – Last In, First Out

NI – Normas Interpretativas

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

NRF – Norma de Relato Financeiro

PI – Propriedade de Investimento

PNC – Plano Nacional de Contabilidade

POC – Plano Oficial de Contabilidade

REPE – Regime Especial para Pequenas Entidades

RIUR – Regulamento do Imposto Sobre os Rendimentos

RR – Reservas e Revalorização

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

SIC – *Standing Interpretations Committee*

SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

UM – Unidades Monetárias

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I:</b> Balanços da ANV, SA.....	51
<b>Quadro II:</b> Mapa de Depreciação da ANV, SA (2005).....	52
<b>Quadro III:</b> Mapa de Revalorização da ANV, SA.....	53
<b>Quadro IV:</b> Mapa de Depreciação da ANV, SA (2006) .....	54
<b>Quadro V:</b> Mapa de Depreciação da ANV, SA (2009).....	59
<b>Quadro VI:</b> Variação dos valores nos balanços da ANV, SA (2005 a 2006).....	60
<b>Quadro VII:</b> Rácios Financeiros da ANV, SA (2005 a 2006).....	61
<b>Quadro VIII:</b> Análise do Impacto da Revalorização nos Impostos (2006 a 2009).....	62
<b>Quadro IX:</b> Exemplo de CCIO.....	71
<b>Quadro X:</b> Evolução da taxa de inflação em Cabo Verde (1990 a 2009).....	71
<b>Quadro XI:</b> Código de Contas da classe dos activos tangíveis (SNCRF Vs PNC).....	72
<b>Quadro XII:</b> Elemento do Custo de Mensuração dos AFT.....	73
<b>Quadro XIII:</b> Elementos directamente atribuíveis e não atribuíveis ao custo de um AFT.....	74
<b>Quadro XIV:</b> Base de Calculo dos Rácios.....	82
<b>Quadro XV:</b> Demonstração de alteração de Capital Próprio.....	83

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Revalorização com base em diplomas legais / Revalorização sem ter como base diplomas legais.....	75
<b>Figura 2:</b> Organigrama da ANV, SA.....	81

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO I:</b> Exemplo CCIO.....	71
<b>ANEXO II:</b> Inflação em Cabo Verde (1990 a 2009).....	71
<b>ANEXO III:</b> Código Conta AFT (SNCRF/PNC).....	72
<b>ANEXO IV:</b> Elementos do custo de AFT (SNCRF/PNC).....	73
<b>ANEXO V:</b> Custos atribuíveis a um AFT.....	74
<b>ANEXO VI:</b> Exemplo 1.....	74
<b>ANEXO VII:</b> Revalorização com e sem ter como base diplomas legais.....	75
<b>ANEXO VIII:</b> Exemplo 2.....	76
<b>ANEXO IX:</b> Exemplo 3.....	79
<b>ANEXO X:</b> Organigrama da ANV, SA.....	81
<b>ANEXO XI:</b> Fórmulas dos Rácios.....	82
<b>ANEXO XII:</b> Base de Cálculo dos Rácios da ANV, SA.....	82
<b>ANEXO XIII:</b> Demonstração de Alteração do Capital Próprio.....	83

# **1. INTRODUÇÃO**

## **1.1. Contextualização**

Cabo Verde é um país insular, de pequena dimensão, com fracos recursos naturais. A sua economia é fortemente dependente da conjuntura económica externa. Apesar dessas fraquezas é um país que tem acompanhado, e bem, os avanços tecnológicos que se vivem actualmente pelo mundo inteiro.

O acompanhamento do avanço tecnológico tem facilitado o acesso à informação e a criação de vantagens competitivas.

Sendo um sistema de informação responsável pelo tratamento e divulgação das informações económicas e financeiras das empresas e outras organizações, a contabilidade tem vindo a se ajustar à essa nova realidade.

Devido à internacionalização da informação, vem surgindo no meio empresarial as mais diversas operações com impactos contabilísticos. Nesse sentido, ajustamentos são constantemente procurados para que as informações produzidas traduzam a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho e das alterações da posição financeira das empresas.

Há dois anos, a contabilidade em Cabo Verde não tinha atingido essa dimensão global, pelo que as normas reguladoras estavam desactualizadas. Contudo, a globalização, a entrada na Organização Mundial do Comercio e a necessidade do aumento da competitividade irão desempenhar um papel determinante nessa viragem que se impõe.

Assim, em Janeiro de 2009 entrou em vigor um Sistema de Normalização contabilístico, moderno, capaz de corresponder às exigências postas pela globalização.

As Demonstrações Financeiras têm como principal objectivo o fornecimento de informações fiáveis e oportunas acerca da situação económica, financeira e monetária de uma entidade. Para que tal aconteça, surge à necessidade de se recorrer a normas de



contabilidade que estabelecem os princípios orientadores necessários à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Quando não se segue as normas de elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras ou quando se suporta no custo histórico, muitas vezes, as empresas se acomodam e transmitem uma imagem que nada tem a ver com a real posição financeira, condicionando qualquer decisão que se possa tomar com base nas demonstrações financeiras.

Essas distorções fazem-se sentir essencialmente nos Activos Fixos Tangíveis, justificadas pelo facto de, nesta rubrica, estar concentrada o grosso do património de uma entidade e também por ser constituído por elementos que permanecem maior tempo na empresa<sup>1</sup>.

Esses elementos, pelo facto de permanecerem na empresa a médio ou a longo prazo, podem estar mais expostos às alterações dos valores de mercado originando uma subquantificação das quantias pelas quais estão reconhecidas nas demonstrações financeiras. Em consequência do fenómeno inflacionista, o valor a que foram mensurados no momento da aquisição<sup>2</sup> pode não estar a reflectir exactamente o valor do activo, conduzindo assim a resultados fictícios<sup>3</sup> e à subquantificação dos capitais próprios.

## **1.2. Justificação do Tema**

O “Impacto Fiscal Decorrente do Processo de Remensuração de Activos Fixos Tangíveis” é um tema que suscita muito interesse devido a sua relevância nas contas de uma entidade. Mesmo assim, não lhe é dado a importância que merece, por parte dos que tratam da elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

---

<sup>1</sup> Superior a 1 (um) ano.

<sup>2</sup> Custo Histórico

<sup>3</sup> Isso deve-se as depreciações do exercício. A cada exercício é considerado como gasto do exercício uma parcela do activo.

É nesse sentido que decidimos pesquisar e elaborar um trabalho subordinado à essa problemática enquadrado no processo de obtenção de grau de Licenciatura em Controlo Financeiro.

Por outro lado, queremos dar a conhecer a realidade cabo-verdiana, não só nos aspectos contabilísticos como também nos aspectos fiscais.

Mesmo que a inflação em Cabo Verde não tenha sido muito significativa nos últimos anos<sup>4</sup>, apresenta, pelo menos em certos grupos dos Activos Fixos Tangíveis, alguma relevância. Com isso tentaremos incentivar os Gestores e Contabilistas a deixarem de ter a preocupação de que as informações sobre a situação da empresa servem apenas para prestar contas ao Fisco.

### **1.3. Objectivo**

No âmbito deste trabalho pretendemos, expor o conteúdo do normativo contabilístico (Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro) e fiscal sobre o tratamento da Revalorização dos Activos Fixos Tangíveis, fazendo sempre comparações com o antigo sistema de contabilidade (Plano Nacional de Contabilidade), e analisando o seu impacto na situação patrimonial, financeira e principalmente o impacto de natureza fiscal, mais propriamente dito, na tributação dos rendimentos de uma entidade.

Por outro lado, e como a nossa lei fiscal sobre as revalorizações em Cabo Verde está desactualizada<sup>5</sup>, basearemos numa proposta de revisão do Regulamento do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Colectivas (IUR – PC), perspectivando algumas alternativas que poderão ser utilizadas no futuro, e assim, simplificar e clarificar o processo de revalorização, em termos fiscais, para que todos<sup>6</sup> possam apresentar Demonstrações Financeiras que demonstrem a verdadeira situação financeira e económica da entidade.

---

<sup>4</sup> 10 a 15 anos

<sup>5</sup> Decreto – Lei nº1/84 de 28 de Janeiro – Reavaliação do Imobilizado

<sup>6</sup> Aqueles que têm poderes para a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

#### **1.4. Metodologia<sup>7</sup>**

Numa primeira fase, o método de pesquisa pode ser considerado como uma pesquisa bibliográfica especializada que explica e discute o tema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas e artigos científicos.

Por isso, elaboramos uma revisão da literatura mais utilizada, contendo itens importantes relacionados com o tema, tendo em vista sintetizar os conteúdos escritos sobre o assunto pesquisado.

Numa outra fase podemos dizer que é uma pesquisa documental, por se basear em documentos de diferentes domínios. Grande parte desses documentos, no âmbito de documentos públicos é regulamentos e decretos-lei, e privados, como balancetes, demonstrações financeiras, relatórios e pareceres técnicos.

#### **1.5. Estrutura do trabalho**

O trabalho está estruturado em sete capítulos:

No primeiro capítulo contextualizamos o trabalho, expomos os objectivos e a justificação da escolha do tema, assim como a metodologia que utilizamos para a sua elaboração.

No segundo capítulo fizemos uma resenha histórica da contabilidade e uma abordagem sobre o referencial teórico da remensuração de AFT.

No terceiro capítulo tratamos da parte normativa contabilística (nacional e internacional) e fiscal sobre o tema.

Nos capítulos quatro e cinco abordamos o tratamento fiscal da remensuração dos AFT, assim como os impactos trazidos para uma entidade.

---

<sup>7</sup> Baseada em (Silva, 2008).

No quinto capítulo dedicamos ao estudo de caso, que se inicia fazendo a descrição da entidade objecto de estudo, uma descrição do caso em estudo, a análise do caso e também algumas conclusões tiradas sobre o caso.

No sétimo e último capítulo, e como não deixaria de ser, fizemos as nossas principais conclusões sobre os resultados obtidos.

## 2. ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

### 2.1. Breve resenha história da contabilidade<sup>8</sup>

Embora a maior parte do nosso saber sobre a história da contabilidade se situe apenas no campo dos registos e demonstrações, o pensamento contabilístico tem percorrido um imenso caminho ao longo da história da humanidade. Desde o momento em que o homem percebeu a tarefa de memorizar as riquezas<sup>9</sup> que possui, os contabilistas foram sempre acrescentando utilidades a vida humana.

*“Desde que o homem se preocupou com o amanhã, preocupou-se também em fazer contas, mesmo que nem sempre soube, racionalmente, o que fazer com as informações guardadas”.* Afirmou Melis citado por (Sá, 1998).

O pensamento contabilístico evoluiu sempre no tempo, com datas e situações distintas que caracterizam o seu progresso<sup>10</sup>. Ele está dividido em períodos nítidos, marcados por evoluções, marcando a escrita como arte, mediante o que ela ofereceu: poder de memória gravada, fonte de evidências, instrumento de controlo e base de decisão e prova.

*“O aparecimento das cidades, da estrutura dos Estados, o Poder Religioso, o surgimento da moeda, a concentração das riquezas, a divisão do trabalho, a expansão comercial, a revolução industrial, a descoberta do papel, a revolução científica, a informática, todos esses factores alteraram e continuam a alterar a história da ciência do património”.* (Sá, 1998)

Assim, o mesmo autor (Sá, 1998) considerou como principais períodos da história da contabilidade os que se seguem:

---

<sup>8</sup> Baseamos em Lopes de Sá, A. (1998). *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade* (2ª ed. ampliada). Lisboa: Vislis Editores. Pois, dos autores pesquisados achamos que este é o que de forma mais completa relata a história da contabilidade.

<sup>9</sup> Riqueza como agregado de meios que visa satisfazer as necessidades da célula social.

<sup>10</sup> “A própria escrita comum parece ter nascido da escrita contabilística, na Suméria”. Lopes de Sá, A. (1998) citando Goody.

**1º Intuitivo primitivo:** admite-se que esse período tenha ocorrido a cerca de 20.000 anos. É caracterizado pelas manifestações rudimentares de arte pré-escrita, dedicado a simples memória rudimentar da riqueza. Nesta fase identificavam objectos (por figuras) e a quantidade desses objectos (por riscos e sulcos) de meios patrimoniais.

Essas pinturas eram muitas vezes feitas em grutas e em ossos de animais, que identificavam quantidades e outros com apenas sulcos ou traços, sem a identificação do objecto.

**2º Racional Mnemónico:** iniciado há cerca de 4.000 anos antes de Cristo (a.C.), é marcado pela disciplina dos registos, com estabelecimento de métodos de organização da informação.

Com o desenvolvimento das sociedades, apoiados nos Estados dos Poderes Religiosos e das suas riquezas, somados a arte de escrever e contar, influíram na evolução dos registos contabilísticos.

**3º Lógico Racional:** com o desenvolvimento da Idade Média, iniciado a partir de metade do século XI, deu-se origem à Partida Dobrada, devido à preocupação com a evidência de causa e efeito dos fenómenos. Foram organizados em sistemas primários.

**4º Literatura:** a produção de matéria escrita de difusão do conhecimento, com a preocupação de ensinar através de livros escritos, preocupou os autores em como realizar os registos e demonstrações. Esse período é vivido a partir do século XI, tendo como berço o mundo islâmico, acelerando-se no ocidente.

**5º Pré-científico:** fins do século XI, prolongando até o início do século XIX. Deu-se origem às primeiras teorias empíricas sobre a contabilidade, devendo-se à imensa busca dos raciocínios, definições e conceitos não só de registos, mas, especialmente de factos ou ocorrências com a riqueza. Assim abriu-se o caminho para a lógica do conhecimento contabilístico que transcendeu a simples informação.

**6º Científico:** primeiras décadas da primeira metade do século XIX (período coincidente com o da história das Doutrinas). Apareceram as primeiras obras científicas e também foram estabelecidas as primeiras bases das escolas do pensamento

contabilístico. Passou-se a estudar as essências dos fenómenos patrimoniais e as suas relações.

**7º Filosófico - Normativo:** vivido a partir da década 50 do século XX. Começou-se a preocupação em normalizar as informações e a interpretação da estrutura conceptual. Foram definidas bem as áreas da informação disciplinada e do profundo entendimento dos fenómenos patrimoniais.

Tal período é o da actualidade, acrescentando ainda a globalização das economias e a gigantesca evolução das tecnologias de informação.

Segundo o mesmo autor (Sá, 1998), “*tal história continua a ser construída e o seu futuro prossegue célere, cada vez mais evidenciando a utilidade de tal acontecimento*”. Tal afirmação pode ser confirmada hoje e será sempre.

## **2.2. Enquadramento Geral (referencial teórico)**

### **2.2.1. O Custo Histórico**

O custo histórico<sup>11</sup>, segundo a estrutura conceptual (EC) do SNCRF, diz-nos que “*os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição.*”

Quanto ao normativo anterior, o PNC, podemos afirmar que defendia a utilização do custo histórico. Mesmo que não referisse directamente o termo<sup>12</sup> em concreto (custo histórico), em cada classe de conta define o critério a utilizar para mensurar os elementos patrimoniais dessa classe. Em quase todas as classes, para não dizermos todas, a definição utilizada não vai além do custo histórico (*os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção, quer a escudos nominais, quer a escudos correntes*).

---

<sup>11</sup> Este princípio está ligado a comparabilidade das DF.

<sup>12</sup> Termo quer dizer a palavra ou expressão técnica utilizada.

Mesmo que alguns dos termos utilizados sejam diferentes, o seu significado corresponde às dos termos utilizados na referida definição de custo histórico.

A Norma Internacional de Contabilidade – **NIC 16**, no seu parágrafo 15 diz que *um item do activo fixo tangível que seja classificado para reconhecimento como um activo deve ser mensurado pelo seu custo*. Os elementos desse “custo” estão expostos no parágrafo 16 da presente norma.<sup>13</sup>

Esta norma ainda diz, no seu parágrafo 30, que *após o reconhecimento como activo fixo tangível, deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumulada.*”

Podemos dizer que o custo histórico é o mais usado, mas não é uma condição para determinar os resultados.

O custo histórico é derogado quando a empresa opera em economias onde as variações da inflação são relevantes, necessitando os valores de serem ajustados para poderem traduzir melhor a realidade.

A contabilidade deve ser feita numa só moeda (moeda específica), normalmente aquela pelo qual a empresa utiliza na maior parte das suas operações, ou seja, o uso de uma moeda deve ser consistente<sup>14</sup>. Se necessário e quando necessário pode haver alteração da moeda, e esta alteração deve ser alvo de expressão no relatório de contas (anexo às demonstrações financeiras).

### **2.2.2. A Inflação e a Informação Contabilística**

(Borges, Rodrigues, & Rodrigues, 2005) definem a inflação como sendo *a subida mais ou menos generalizada dos preços*. Diz-nos ainda que ela tem sido um dos fenómenos

---

<sup>13</sup> Em síntese o §16 da NIC 16 diz que o custo de um AFT é constituído pelo preço da factura (preço de compra) adicionado todas as despesas adicionais, após dedução dos descontos comerciais e adiantamentos, até o bem ser capaz de funcionar pretendida, incluindo os impostos de compra não reembolsáveis e também uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção das instalações quando assim for necessário. Os exemplos desses custos a adicionar no preço de compra estão apresentados no §17 da mesma norma.

<sup>14</sup> Quando se utiliza uma moeda num exercício económico ela não deve ser alterada logo num período seguinte. Deve manter o seu uso pelo menos num período médio.



económicos que nos últimos tempos mais preocupou os economistas e os homens de negócios.

Para (Carrion, 2010) a inflação é *um fenómeno económico-social que consiste na subida generalizada dos preços, na desvalorização monetária e na elevação geral do custo de vida.*

Sendo a contabilidade um instrumento de gestão<sup>15</sup>, fornecendo demonstrações financeiras contendo informações precisas que auxiliam os gestores na tomada de decisão ao serem preparadas com base no custo histórico, faz com que a informação financeira possa não ser a que melhor reflecta a verdadeira situação da empresa. Isso faz com que não haja uma correcta apreciação da informação, podendo conduzir à decisões inapropriadas à empresa e à sua planificação consciente do futuro.

### **2.2.3. Conceitos de Capital e de manutenção de capital**

A inflação faz com que a empresa perca capacidade de manutenção do seu capital devido às suas implicações, principalmente nos elementos patrimoniais que mais tempo permanecem na empresa e nos que variam com maior facilidade no mercado.

O capital referido no parágrafo anterior tanto pode ser visto na vertente financeira com na vertente física, surgindo assim os conceitos de capital físico e de capital financeiro.

De acordo com a EC do SNCRF pelo conceito de Capital Financeiro entende-se como *o dinheiro investido ou poder de compra investido, em que o capital é sinónimo de activos líquidos ou de capital próprio da empresa. Por Capital Físico, a capacidade operacional e aqui o capital é visto como a capacidade produtiva da empresa baseada em, por exemplo, unidades de produção diária.*

Esses dois conceitos dão origem a dois novos conceitos de manutenção de capital (manutenção de capital físico e manutenção de capital financeiro) que estão

---

<sup>15</sup> Permite o tratamento da informação financeira e elaboração de DF que servem de apoio na tomada de decisões (constitui assim um dos mais importantes instrumentos de gestão).

intimamente ligadas ao conceito de lucro. A opção por um desses conceitos deve condizer com os objectivos de determinação do lucro por parte da empresa.

Em termos gerais, uma entidade mantém o seu capital se tiver no fim do período o mesmo capital que tinha no início do mesmo período.

### **Manutenção do capital financeiro**

O conceito em questão diz-nos que um lucro<sup>16</sup> é obtido se a quantia financeira dos activos líquidos no fim de um período for superior à quantia financeira dos activos líquidos no início do mesmo período, após as distribuições aos sócios ou contribuições durante o período. Por “activo líquido” entende-se: Activo menos passivo ou capital próprio.

Segundo a EC, o capital financeiro pode ser definido em termos de unidades monetárias nominais ou em termos de unidades de poder de compra constante. No primeiro caso, o lucro representa o aumento do capital nominal monetário durante o período e por conseguinte os aumentos dos preços dos activos detidos. No segundo caso o lucro representa o aumento do poder de compra investido durante o período e consequentemente a parte do aumento dos preços dos activos que excede o aumento do nível geral de preços.

### **Manutenção do capital físico**

Este conceito diz-nos que só há lucro se a capacidade operacional da empresa no fim do período for superior à capacidade operacional no início do período depois de pagos contribuições e dividendos aos detentores do capital.

---

<sup>16</sup> O Lucro referido neste ponto refere-se à quantia residual que permanece depois de deduzirmos, da totalidade dos rendimentos (influxos de activos), a totalidade dos gastos (incluindo ajustamentos na manutenção do capital, quando apropriado). Se os gastos excederem os rendimentos, a quantia residual é prejuízo. (Carlos Baptista da Costa e Gabriel Correia Alves no livro Contabilidade Financeira 1997 com os termos contabilísticos ajustados de acordo com o SNCRF)

Recorrendo a EC podemos dizer que o lucro representa o aumento do capital, definido em termos de capacidade produtiva física, durante o período.

*"A erosão do capital físico (ou erosão da capacidade operacional) pode ser considerada como uma falha para reter recursos financeiros suficientes para adquirir activos necessários e manter a capacidade da empresa, ou suprir um constante fornecimento de mercadorias e serviços. O conceito de erosão do capital físico pode estar ligado a um conceito de resultado distribuível, onde o resultado distribuível é definido como a quantidade de caixa que pode ser distribuível sem reduzir a capacidade operacional da empresa."* (FAS 33)

Poderemos dizer que a principal diferença entre os dois conceitos reside na forma como fazem o tratamento das alterações dos preços nos activos e nos passivos, em que o conceito financeiro associa a mensuração ao aspecto monetário (valor) e o conceito físico ao aspecto físico (produção).

Em Cabo Verde, a escolha recai essencialmente no conceito de capital financeiro com tratamento a escudos nominais em respeito ao custo histórico. O modelo a usar na preparação das DF dependerá das bases de mensuração a usar e do conceito de manutenção de capital.

#### **2.2.4. A derrogação do Custo Histórico**

A distorção provocada no activo não corrente pela inflação é maior que nos outros activos, pela maior permanência na empresa. Assim, o seu valor histórico pode estar desactualizado, não traduzindo a realidade económica da empresa em cada momento.

Para responder à finalidade das demonstrações financeiras – apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações da empresa – há a necessidade de derrogar (deixar de lado) o custo histórico e passar a

mensurar os activos tangíveis por um valor revalorizado, ou seja, um valor actualizado ao valor de mercado ou o justo valor<sup>17</sup>.

A derrogação do custo histórico não acontece só por causa da inflação, mas também por causa das variações cambiais, mais propriamente nos sectores dependentes das relações com os mercados externos.

A não actualização dos valores das demonstrações financeiras põe em causa a fiabilidade<sup>18</sup> e a consistência, consequentemente a comparabilidade<sup>19</sup> (uma das principais características das demonstrações financeiras).

Assim, a revalorização dos activos fixos tangíveis - fazendo o ajustamento dos valores constantes nas demonstrações financeiras em função dos valores de mercado, justo valor ou recorrendo a índices de correcção monetária - surge como alternativa possível para fazer face aos problemas expostos no paragrafo anterior.

#### **2.2.5. Métodos de correcção da Inflação e Índices de Correcção Monetária (IPC)**

Nas economias em que existem relevantes variações monetárias é claramente impraticável o custo histórico ou outro modelo qualquer de invariabilidade da moeda. Isto é agravado aquando de elevadas variações na taxa de inflação.

Para fazer face a estes inevitáveis efeitos da inflação e das variações monetárias, muitos países instruíram medidas que tinham como finalidade atenuar ou evidenciar esses efeitos, pelos quais salientamos os métodos de correcção da inflação e as revalorizações.

---

<sup>17</sup> Definidos no ponto “Conceitos”.

<sup>18</sup> Fiabilidade – informação isenta de erros materiais e de preconceitos

<sup>19</sup> Comparabilidade – informações capazes de serem comparadas ao longo do tempo.

### 2.2.5.1. Métodos de correcção da Inflação

Os métodos de correcção dos efeitos inflacionistas de maior divulgação são: o “*Current Purchasing Power*” ou a Contabilidade Ajustada ao Nível Geral de Preços (C.A.N.G.P.); o “*Current Cost Accounting*” ou a Contabilidade ao Custo de Reposição (C.C.R.) e o da Contabilidade ao Custo de Reposição Ajustada ao Nível Geral de Preços (C.C.R.A.).<sup>20</sup>

#### a) Método CANGP

Este método consiste em traduzir os valores constantes nas demonstrações financeiras ao valor do poder aquisitivo da moeda<sup>21</sup>, a data de elaboração das referidas demonstrações financeiras.<sup>22</sup>

#### b) Método da Contabilidade ao Custo de Reposição (C.C.R.) - “*Current Cost Accounting*”

A aplicação deste método, o CCR, pressupõe a utilização do custo de reposição como base de mensuração dos elementos patrimoniais em detrimento do custo histórico.

Este método parte do princípio de que só sofrerão alterações com a contabilização dos elementos patrimoniais ao custo de reposição, as contas de: inventários, investimentos em activos fixos, depreciações e amortizações acumuladas e do exercício, gastos com os inventários vendidos e consumidos, Reservas, Resultados Transitados e Resultados líquidos.

As alterações verificadas nas contas de gastos de depreciação e o gasto com inventários vendidos e consumidos advêm da relação existente entre eles e as contas de investimentos em activos fixos e inventários, respectivamente.

---

<sup>20</sup> Borges, António; Rodrigues Azevedo & Rodrigues Rogério (2002, p.820). *Elementos de Contabilidade geral* (20ª ed.). Lisboa: Áreas Editora. “As correcções nas demonstrações financeiras serão realizadas partindo do princípio de que os registos contabilísticos foram feitos seguindo as normas e princípios de contabilidade, em que os elementos patrimoniais foram avaliados ao valor da moeda à data de aquisição ou de produção”.

<sup>21</sup> Também denominado de valor de compra da moeda.

<sup>22</sup> Este método, tal como todos os outros fazem com que seja abandonado o princípio de invariabilidade da moeda.

### **c) Contabilidade ao Custo de Reposição Ajustado ao Nível Geral de Preços (CCRA)<sup>23</sup>**

Esta por detrás deste método uma combinação dos dois métodos referidos anteriormente (o CANGP e o CCR).

Os ajustamentos a serem feitos nas contas do balanço tem de ser pelo respectivo valor de substituição. As contas de capital são ajustadas através do poder de compra (excepto as contas de resultados do exercício).

As contas de resultados são igualmente ajustadas pelo valor de substituição, aplicando os coeficientes de conversão da moeda, mantendo o ajustamento referido pelo método CANGP e os ganhos/perdas de posse (indexadas ao nível geral de preços) referidas pelo modelo CCR.

Em suma, podemos dizer que a inflação conduz à desvalorização dos activos e passivos monetários através da perda do poder aquisitivo da moeda. Ela faz com que seja mais custoso fazer a reposição dos inventários em stock e consequentemente aumenta o custo de produção (embora este ultimo vá depender do critério utilizado para a valorização das saídas).

#### **2.2.5.2. Índices de Correção Monetária (IPC)**

##### **Índices de preços no Consumidor (IPC)**

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é um indicador que tem por finalidade medir a evolução no tempo dos preços de um conjunto de bens e serviços considerados representativos da estrutura de consumo da população residente num país ou região (num determinado espaço geográfico e populacional).

---

<sup>23</sup> Borges, António; Rodrigues Azevedo e Rodrigues Rogério em “Elementos de Contabilidade geral” 20ª Edição (pág.831)

O IPC não é, desta forma, um indicador do nível de preços registado entre períodos diferentes mas antes um indicador da sua variação. A estrutura de consumo de uma série do IPC bem como os bens e serviços que constituem o cabaz do indicador são apurados com base em Inquéritos às despesas e rendimentos das famílias realizado num certo intervalo de tempo (ex: entre Outubro de 2009 e Outubro de 2010). O IPC, no caso de Cabo Verde, encontra-se classificado em doze classes de produtos (Classificação do Consumo Individual por Objectivo). Exemplo está no ANEXO I.

O IPC é uma mera aproximação do poder de compra da moeda, pois não é fácil medir com exactidão a variação do poder de compra num intervalo de tempo. Isto deve-se ao facto do IPC ser calculado com base num conjunto “seleccionado” de bens e serviços. O IPC é utilizado como base de determinação da inflação de um país, daí a sua extrema importância para a economia.

No ANEXO II está a evolução dos índices de preços no consumidor e a inflação, em Cabo Verde, no período de 1990 a 2009.

### **3. A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E FISCAL NO TRATAMENTO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E A SUA REMENSURAÇÃO.**

#### **3.1. Principais Conceitos**

Custo – quantia de caixa ou seus equivalentes pagos ou o justo valor de outra retribuição dada para adquirir um activo no momento da sua aquisição ou construção.

Justo valor – quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

Custo histórico – os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

Custo corrente – os activos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um activo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.

Valor realizável (de liquidação) – os activos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o activo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagais para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios.



Valor presente – os activos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios.

O Valor de Mercado é aqui entendido como o montante correspondente ao razoável esperado numa transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a comprar ou vender e ambos conhecedores dos factores relevantes a uma determinada data (neste caso a data da revalorização).

### **3.2. Normas Internacionais relativamente aos AFT's**

#### **3.2.1. Normas Internacionais – história geral, normas AFT**

Relativamente à políticas de remensuração, comecemos por referir-nos à estrutura conceptual do IASC<sup>24</sup> (Julho de 1989) ao dizer no prefácio que *as demonstrações financeiras são, na maior parte das vezes, preparadas de acordo com um modelo de contabilidade baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Outros modelos e conceitos podem ser mais apropriados a fim de ir ao encontro do objectivo de proporcionar informação que seja útil para tomar decisões económicas embora não haja actualmente nenhum consenso para a alteração.*

No “enquadramento geral” aquando da referência da manutenção do capital físico e financeiro, tivemos a ocasião de referir a ligação desses conceitos com a política de remensuração de activos.

---

<sup>24</sup> Embora não sendo uma norma internacional de contabilidade, tem como campo de acção o objecto das demonstrações financeiras.

A **IAS 16**, (transposta para o normativo nacional na forma de NRF 6) no parágrafo 31, diz-nos que *após o reconhecimento como activo fixo tangível cujo justo valor possa ser mensurado fiávelmente deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentemente. As revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquilo que seria determinado pelo uso do justo valor à data do balanço.*

Acreditamos que a referência exclusiva aos activos fixos tangíveis pela IAS 16 é no sentido do âmbito da norma que visa o tratamento de activos fixos tangíveis.

A **IAS 21** - Os efeitos de Alterações em taxas de câmbio, estabelece o conceito de moeda de relato e a problemática das taxas de câmbio.

A **IAS 29** - Relato Financeiro em economias hiper-inflacionárias – faz referência à necessidade da derrogação do princípio do custo histórico para uma entidade que relata numa moeda de uma economia hiper-inflacionada.

#### ***A Directriz contabilística nº 16***

Foi estabelecida pela Comissão de Normalização Contabilística – CNC - Portuguesa a directriz contabilística nº 16 que introduziu orientações no tratamento da reavaliação de activos tangíveis em Portugal.

O fundamental desta directriz assenta-se na admissão da necessidade de serem feitos ajustamentos<sup>25</sup> nas quantias escrituradas dos activos, referindo-se ao tratamento contabilístico e aos procedimentos a adoptar para fazer os referidos ajustamentos.

Ao dizer que *reavaliar um activo significa ajustar, geralmente por acréscimo, à quantia assentada do mesmo*, a directriz visa definir o significado de reavaliação. Admite também a possibilidade de um activo ser reavaliado para valores inferiores ao assentado

---

<sup>25</sup> Devido ao fenómeno inflacionista e o crescimento económico que provocam a subquantificação dos activos monetários.

A directriz admite dois processos de reavaliação sendo uma assente em coeficiente de *desvalorização monetária* e outra suportada no conceito de *justo valor*.

No parágrafo 2.4, a directriz diz que *o excedente obtido do processo de reavaliação só se considera realizado (...) pelo uso ou alienação dos bens a que se respeita*. Esta medida tem como objectivo travar motivações eventualmente incorrectas de utilizar a “reserva” gerada pela reavaliação para cobertura de prejuízo ou aumento de capital sem que efectivamente tenha ocorrido um influxo de fundos na empresa para o efeito.

Assim, seja qual for o processo utilizado, o valor apurado e registado como reserva só pode ser “utilizado” quando ocorrer a realização do activo<sup>26</sup> ou a sua alienação ou abate. De referir também que, pelo critério do justo valor, podem-se adoptar dois métodos de reavaliação:

- Custo de reposição depreciado;
- Valor corrente de mercado. (normalmente recomendado para terrenos e património edificado).

Diante da grande importância que uma revalorização tem para as contas de uma entidade a directriz recomenda a sua divulgação no anexo, explicando todos os métodos e procedimentos utilizados.

### **3.3. A Normalização Contabilística de Cabo Verde**

#### **3.3.1. História dos Normativos Contabilísticos Cabo-verdianos**

O primeiro passo de Cabo Verde em relação a normativo contabilístico deu-se no início do ano de 1984 com a entrada em vigor do (PNC – Plano Nacional de Contabilidade)<sup>27</sup> estabelecido pelo Decreto-lei nº4/84. Esse plano não acompanhou os vários trabalhos com vista ao alcance da harmonização contabilística mundial, que é o objectivo máximo da *International Federation of Accountants* (IFAC).

---

<sup>26</sup> Por via do registo do custo da amortização do activo.

<sup>27</sup> É uma versão adaptada do POC (Plano Oficial de Contabilidade) de Fevereiro de 1977.

O PNC, durante todo esse tempo (desde 1984) sofreu apenas uma alteração, em 2004, a quando da entrada em vigor do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)<sup>28</sup>.

Ora, as empresas e os demais que lidam com a informação contabilística e financeira começaram a sentir muitas dificuldades de transcrever em informação contabilística as várias situações que vinham aparecendo no seu dia-a-dia.

A maior parte delas começou a socorrer-se de outros normativos, principalmente, ao Plano Oficial de Contabilidade (POC) português (actualizado) para tentar resolver as situações diferentes que vinham surgindo resultantes da internacionalização da economia do país.

Para fazer face a esse conjunto de problemas, em 2007 foi nomeado (Despacho 09/2007 de 16 de Agosto) um novo modelo de contabilidade e de relato financeiro pela Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC)<sup>29</sup>.

A esse sistema deu-se o nome de Sistema de Normalização contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF que foi oficializado pelo Decreto-lei nº5/2008 de 4 de Fevereiro de 2008, Decretos Normativos e Portaria nº49/2008 de 29 de Dezembro de 2008. O referido sistema só viria a entrar em vigor 1 de Janeiro de 2009.

### **3.3.2. SNCRF e sua composição**

O SNCRF é um sistema constituído por um conjunto de normas inspiradas/adaptadas nas normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro, emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) portanto coerente com as IAS e as IFRS. Esse sistema veio servir de instrumento de produção e divulgação da informação financeiras adequadas as necessidades e a qualidade exigida pelas empresas que operam

---

<sup>28</sup> Decreto-lei nº 14/VI/2002 de 19 de Setembro

<sup>29</sup> CNNC – entidade pelo qual foi atribuída a responsabilidade de acompanhar o SNCRF para que não percamos o “comboio” da normalização contabilística internacional.

no mercado cabo-verdiano, sejam elas pequenas empresas, grandes empresas e até mesmo grupos de empresas<sup>30</sup>.

O SNCRF é constituído pelos seguintes elementos:

- Uma Estrutura conceptual (EC)
- Normas de Relato Financeiro (NRF)
- Regime Especial para Pequenas Entidades (REPE)
- Normas interpretativas (NI)
- Código de contas (CC)
- Demonstrações Financeiras (DF)

O SNCRF define como principais elementos a EC, as NRF, as DF e o CC. Estes quatro estão intimamente ligados, pois formam um sistema<sup>31</sup>. A estrutura conceptual, de uma forma geral, é um conjunto de conceitos que serve de base orientadora do sistema e das suas normas<sup>32</sup>, servindo também na elaboração de normas e de guia das suas aplicações. Estas normas, por sua vez servem para regular a forma e o conteúdo do relato financeiro e na elaboração da contabilidade. O código de contas surge como uma listagem das contas, onde se enquadram todos os elementos patrimoniais e deve ser adoptado por todas as entidades. O agrupamento destes será retratado nas DF. Por fim, as DF surgem como um espelho de todos os outros elementos referidos anteriormente, pois nelas estão reflectidas todas as normas e procedimentos que a entidade utilizou.

---

<sup>30</sup> Mesmo que ainda pouco frequentes em Cabo Verde, o SNCRF está dotado de todas as condições que essas entidades precisam.

<sup>31</sup> SNCRF

<sup>32</sup> NRF

### 3.3.3. Normas de Relato Financeiro para os Activos Fixos Tangíveis

Antes de definirmos os activos fixos tangíveis vejamos o conceito “activo” estabelecido na EC do SNCRF: “*um recurso controlado pela entidade como resultante de acontecimentos passados*<sup>33</sup> *e pelo qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros*<sup>34</sup>.” Um activo só pode ser reconhecido no balanço se satisfizer os requisitos da definição e ainda for passível de mensurar com fiabilidade.

Existe ainda um aspecto muito importante a quando da avaliação de um item (para saber se reconhece ou não o item) que é a sua substância e realidade económica e não apenas a sua forma legal.

Os activos estão directamente relacionados com a mensuração da posição financeira de uma entidade e figuram no balanço.

Os Activos Fixos Tangíveis<sup>35</sup> (AFT) fazem parte de uma das maiores classes do activo.

No SNCRF, os activos fixos tangíveis são tratados autonomamente na NRF 7 – Activos Fixos Tangíveis<sup>36</sup>. Esta norma tem por base a Norma Internacional de contabilidade (NIC)<sup>37</sup> 16 com a mesma designação. No PNC as disposições relativas aos activos fixos tangíveis, nele designados Imobilizações Corpóreas, encontram-se essencialmente no capítulo 1 - subcapítulo 1.4 – movimentação e valorimetria das contas do PNC.

Esta norma (NRF 7 - §6) define os activos fixos tangíveis como “*activos detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamentos a outros, para fins administrativos e se espera que os mesmos sejam usados durante mais do que um período.*”

Ambos utilizam a classe 4 do Código de Contas para a classificação desses activos, embora haja divergências nas subcontas, como podemos ver no ANEXO III.

---

33 Normalmente pela compra ou produção.

34 Os benefícios económicos futuros de um activo são dados pelo potencial<sup>34</sup> de contribuir, directa ou indirectamente, para fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade.

35 Fixos – pela sua permanência na empresa; Tangíveis – pela sua forma física (palpável).

36 Norma de Relato Financeiro – Decreto-lei nº5/2008

37 *International Accounting Standards* - IAS 16, para quem preferir o Inglês.

Existem certos bens, detidos pela entidade, que não são destinados exclusivamente ou em parte, ao uso ou para produção de bens ou serviços. Podem estar na empresa com o objectivo de valorizar o capital da empresa ou para o arrendamento a outros.

Estes, mais propriamente falando dos imóveis (terrenos e edifícios), quando estão dentro dos parâmetros do parágrafo anterior são tratados como Propriedades de Investimento, regidos pela NRF 10 – Propriedades de investimento<sup>38</sup>.

O §5 desta norma define como Propriedade de Investimento *a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de um edifício – ou ambos) detida, pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira, para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades. E não para:*

- a) Uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas;*
- b) Venda no curso ordinário do negócio*

### **3.3.3.1. Reconhecimento**

A estrutura conceptual do SNCRF define reconhecimento como o processo de incorporar no balanço e nas demonstrações de resultados um item que satisfaça a definição de um elemento das demonstrações financeiras (activo, passivo, rendimento e gasto) e satisfaça ainda os critérios de reconhecimentos designados no §81 da EC (*Um item que satisfaça a definição de uma classe deve ser reconhecido se for provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade, e o item tiver um gasto ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade*).

Quando se trata dos activos fixos tangíveis, o seu reconhecimento é feito conforme os §7 a §15 da NRF 7.

A NRF 7 diz-nos que só se reconhece como activo fixo tangível aqueles itens que tenham associado à probabilidade de benefícios económicos fluírem para a entidade e que os seus respectivos custos sejam mensurados com fiabilidade.

---

<sup>38</sup> Esta norma tem por base a Norma Internacional emitida pelo IASB sobre Propriedades de Investimento.

Existe ainda um aspecto essencial para que um bem possa ser considerado como activo fixo tangível: a sua continuidade<sup>39</sup> (permanência) na empresa. Este é um ponto que tanto os SNCRF como o PNC dão ênfase, ou seja, consideram-no como sendo um dos pontos fundamentais para que um item possa ser considerado como activo fixo tangível (§6 (a) da NRF 7 – “... *se espera que sejam usadas mais que um período*” e no PNC no capítulo 1 – subcapítulo 1.4 – apêndice 1 “... *com carácter de permanência superior a um ano.*”

Para que se possa reconhecer um bem nas demonstrações financeiras, o seu custo tem de ser apurado de forma fiável, conforme a definição de activo fixo tangível, já referido anteriormente.

O custo<sup>40</sup> pelo qual um bem deve ser reconhecido como activo fixo tangível não está previsto na norma. Assim, de acordo com as especificidades de cada entidade, devemos fazer o juízo de valor ao aplicar os critérios de reconhecimento de um bem como activo fixo tangível (§9 da NRF 7).

Por exemplo, o “bem X” pode ser considerado como AFT numa certa empresa e noutra ser um valor tão insignificante que o critério “permanência ou continuidade” já não pese tanto. Neste caso será considerado gasto e é registado numa conta de gastos do período (6296 – Fornecimentos e serviços de terceiros – equipamentos de baixo valor).

O custo desse activo compreende todos os gastos incorridos inicialmente na sua produção ou aquisição e devem ser reconhecidos todos os custos incorridos posteriormente para substituição, adição ou assistência.

Quanto ao tratamento dos custos acima referidos que são denominados de “custos subsequentes”, podemos dizer que coincide entre os dois normativos. Todos os dois normativos consideram que estes custos podem ser registados como custos do exercício

---

<sup>39</sup>“**Continuidade ou Permanência**” - tal e qual a definição de Activos Fixos Tangíveis anteriormente referida.

<sup>40</sup> Neste caso referimos ao custo como sendo o valor a partir do qual (valor mínimo) um item deve ser considerados como activo fixo tangível.



(reconhecidos como gastos do período) ou então podem ser capitalizados<sup>41</sup> (reconhecidos como activo) consoante se trate de meros custos de conservação<sup>42</sup> ou não.

Quando se trata das propriedades de investimento, são muito frequentes os investimentos de substituição, pois quando arrendamos um edifício ou parte de um edifício é comum que o locatário queira adaptá-lo á sua forma de trabalhar. Esses investimentos podem levar à destruição de um investimento ou parte de um investimento já reconhecido. Nestes casos a NRF 10 – Propriedades de Investimento - §19 diz-nos que devemos reconhecer o novo custo e desreconhecer o custo que já existia (a parte referente à substituição) caso ainda tiver quantia escriturada<sup>43</sup>. Se no caso da quantia escriturada for igual a zero, não se faz mais nada para além de reconhecer o novo custo incorrido. Isto também acontece com um edifício para uso na própria empresa.

Quanto às propriedades de investimento, podemos dizer que não eram reconhecidas separadamente dos activos fixos tangíveis<sup>44</sup>, ou seja, não eram previstos pelo normativo anterior (PNC). Mas o seu conteúdo, pelo menos parte da sua definição, está incluído na definição de Imobilizado corpóreo (capítulo 1 – subcapítulo 1.4 apêndice 1: “... *inclui também os elementos desta natureza que apenas sejam destinados a arrendamento.*”).

Com a adopção do SNCRF, o seu contexto exige que os bens usados pela empresa sejam separados dos bens arrendados ou detidos para valorização do capital. Assim, temos de reclassificar os bens ou parte dos bens arrendados para Propriedades de Investimento.

Um dos motivos da separação desses investimentos é exactamente a particularidade (característica) das propriedades de investimento: o facto de gerar fluxos de caixa independentes dos outros activos detidos por uma entidade.

---

<sup>41</sup> Só serão capitalizados aqueles custos que forem relevantes e alterarem a vida útil ou capacidade produtiva ao bem. Neste caso capitalizar, significa incorporar os respectivos valores no valor do activo em questão.

<sup>42</sup> O SNCRF refere aos custos de reparação como sendo custos de manutenção diária.

<sup>43</sup> Quantia Escriturada – valor de aquisição do bem menos as depreciações acumuladas e deduzidas de qualquer perda por imparidade.

<sup>44</sup> Imobilizações Corpóreas no PNC.

Um conjunto de bens pode ser considerado (reconhecido) como uma só quantidade e quantia fixa, desde que esses bens satisfaçam às condições de reconhecimento exigidas nos parágrafos acima referidos. Neste aspecto, o SNCRF e o PNC são unânicos em permiti-lo.

### **3.3.3.2. Mensuração**

Segundo a estrutura conceptual do SNCRF, mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devem ser inscritos e reconhecidos no balanço e na demonstração de resultados.

#### **a) Mensuração Inicial (no reconhecimento)**

O SNCRF diz-nos que os AFT devem ser mensurados pelo seu custo, enquanto o PNC dizia-nos que os AFT devem ser valorizados ao custo de aquisição ou de produção.

Devemos entender como custo de aquisição o valor da factura acrescido de todos os custos associados à colocação destes bens à porta do armazém do comprador mais a sua arrumação ou instalação e como custo de produção todas as matérias<sup>45</sup> e os custos de transformação utilizadas no fabrico do bem (a mão-de-obra e gastos gerais de fabrico).

Tanto um ou outro normativo assentam no custo histórico como base de mensuração dos activos fixos tangíveis. Segundo o PNC (capítulo 1 – subcapítulo 1.4), o activo imobilizado era valorizado ao preço de aquisição ou pelas despesas efectivas, onde qualquer um deles deve ser expresso em unidades monetárias constantes ou em unidades monetárias correntes.

Para o SNCRF, o custo histórico<sup>46</sup> é considerado apenas uma das bases de mensuração. É geralmente a base de mensuração mais adoptada podendo ser, no entanto, combinado com outras bases de mensuração.

O custo de mensuração de um item dos activos fixos tangíveis é composto pelos elementos (SNCRF Vs POC) constantes no ANEXO IV.

---

<sup>45</sup> Com a valorização condicionada pelo tipo de custeio de saída utilizado.

<sup>46</sup> Ver definição de custo histórico no capítulo dos aspectos teóricos.

O referido quadro mostra-nos que os elementos que integram o custo de um activo fixo tangível no SNCRF e no PNC são coincidentes, visto que ambos consideram que o custo de aquisição ou o preço de compra inclui o somatório do conjunto de despesas necessário para a colocação do activo em condições de funcionamento. Apenas as despesas de remoção e desmantelamento<sup>47</sup> não eram referidas no PNC.

O SNCRF apresenta uma série de exemplos de custos directamente atribuíveis e também exemplos de custos que não devem ser considerados na mensuração dos activos fixos tangíveis, conforme o ANEXO V.

#### **b) Mensuração Subsequente (após reconhecimento inicial)**

Após a mensuração no momento da aquisição dos activos fixos tangíveis podem surgir situações de natureza económica, nomeadamente a inflação/deflação, que fazem com que o valor desses activos não seja realmente o valor a que estejam escriturados na contabilidade da entidade, ou seja, esses activos podem estar subvalorizados<sup>48</sup> ou sobrevalorizados<sup>49</sup>.

Daí que o valor escriturado nas demonstrações financeiras possa não estar a espelhar uma informação verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras da entidade.

Por isso existe a necessidade de reexpressar a quantia escriturada, de forma a dar resposta ao objectivo principal das DF (referidos no parágrafo anterior).

#### **Remensuração dos AFT**

Remensurar um activo fixo tangível significa ajustar a sua quantia escriturada para mais (acréscimo) ou para menos (decrécimo). Temos de saber qual o método de mensuração pós-reconhecimento permitido pelo normativo em vigor que a entidade utiliza.

---

<sup>47</sup> Relativamente a esses gastos, a entidade deve constituir uma provisão e assim reconhecer um passivo.

<sup>48</sup> Subvalorizados – valor abaixo do valor real do bem.

<sup>49</sup> Sobrevalorizados – valor acima do valor real do bem.

A NRF 7, no parágrafo 29, diz-nos que *uma entidade deve decidir sobre qual modelo utilizará como sua política contabilística de mensuração após reconhecimento dos activos fixos tangíveis: o modelo de custo ou o modelo de revalorização.*

### ***Modelo do Custo***

Este modelo estabelece que após um elemento patrimonial ser reconhecido como activo fixo tangível, ou seja, desde que ele reúna todos os requisitos necessários para ser considerado como activo, este “*deve ser escriturado ao seu custo de aquisição deduzido de qualquer depreciação acumulada e de qualquer imparidade acumulada*” (§30 da NRF7).

Sendo que não serão reconhecidas quaisquer alterações ocorridas dentro ou fora da empresa que possam fazer com que o valor desses activos altere, o valor dos custos desses activos manterá inalterado até que eles sejam desreconhecidos das demonstrações financeiras (por alienação, sinistro, abate, etc.).

### ***Modelo de Revalorização***

Neste modelo, os activos fixos tangíveis devem ser escriturados pelo seu **justo valor**<sup>50</sup> à data do relato, deduzidos das depreciações acumuladas subsequentes e de eventuais perdas por imparidade subsequentes. As revalorizações devem ser feitas regularmente para que o valor escriturado nas demonstrações financeiras não seja materialmente diferente do justo valor, sendo que a frequência das revalorizações dependerá das alterações no justo valor dos activos que estão a ser revalorizados. Sempre que o justo valor dos activos em questão não corresponda ao valor escriturado (uma diferença materialmente relevante), a entidade deve proceder à revalorização dos mesmos (§31 da NRF 7).

O justo valor é determinado das seguintes formas:

---

<sup>50</sup> É a mesmo que está definido no ponto “conceitos”.

- Para **terrenos e edifícios** é obtido através de **provas com base no mercado por avaliação**, normalmente realizada por avaliadores qualificados (de profissão) e independentes.
- Para **instalações e equipamentos**, o **justo valor** é obtido **através do valor de mercado**. Porém, para bens muito específicos, o justo valor pode ser obtido através de uma abordagem pelo rendimento ou **custo de reposição depreciado**.

Caso não haja materialidade na diferença entre o justo valor e o valor escriturado (alterações insignificantes no justo valor), de um ano para outro, aceita-se que a revalorização não seja feita. Neste caso, o §34 da NRF 7 define um prazo de revalorização entre os 3 (três) e 5 (cinco) anos.

Ao revalorizar um item do activo, devemos também revalorizar todos os itens pertencentes a um agrupamento de activos de natureza e uso semelhantes, ou seja, se um item do activo fixo tangível for revalorizado, toda a classe a que esse activo pertença deve ser revalorizado (§36 da NRF 7) (Isso com vista a impedir que determinados itens figurem por um critério e outros por base diferente de avaliação).

### **A legalidade das revalorizações**

As revalorizações de AFT podem ser ou não efectuadas com base em diplomas legais, ou seja, a base de cálculo das actualizações pode ser “retirada” de diplomas legais como pode ser realizada com base no justo valor (conceito já referido anteriormente).

#### ***Revalorizações com base em diplomas legais<sup>51</sup>***

Como regra geral a revalorização de AFT é feita com base em diplomas legais, publicadas para o efeito. Esses diplomas fazem referência a Decretos-lei<sup>52</sup>, e à possibilidade de existência de coeficientes de correcção monetária a serem aplicados na actualização dos valores de aquisição ou de produção, ou ainda os valores de resultantes da última revalorização (caso for um activo que já tinha sido alvo de revalorização).

---

<sup>51</sup> Ver exemplo no ANEXO VI.

<sup>52</sup> Por motivos fiscais, como por exemplo para efeito da determinação das mais e menos - valias fiscais.

Quando se utiliza essa forma de revalorizar o excedente obtido é objectivo<sup>53</sup> e verificável<sup>54</sup>.

### ***Revalorizações sem ter como base em diplomas legais***

Essas revalorizações, também denominadas de reavaliações livres, extraordinárias ou ainda económicas<sup>55</sup>, são realizadas por avaliadores de acordo com os seus próprios critérios, por conseguinte e, ao contrário do caso anterior, são subjectivas e não verificáveis.

Como já tínhamos visto anteriormente, a DC 16 indica como métodos de cálculo da quantia de revalorização<sup>56</sup> o custo de reposição depreciado<sup>57</sup> (aplicado a equipamentos) e o valor corrente de mercado<sup>58</sup> (aplicável a terrenos e edifícios).

A título de resumo dos dois métodos, vejamos o ANEXO VII.

### **O tratamento das depreciações<sup>59</sup> à data da revalorização**

Quando revalorizamos um activo fixo tangível temos duas formas de tratar as depreciações acumuladas à data da revalorização (§35 da NRF 7): reexpressas proporcionalmente com alteração da quantia escriturada bruta do activo ou eliminadas em contrapartida da quantia escriturada bruta.

---

<sup>53</sup> Pela utilização de índices oficiais no seu cálculo.

<sup>54</sup> Qualquer entidade que queira comprovar o valor do excedente, forçosamente, obterá a mesma quantia.

<sup>55</sup> Mais propriamente reavaliações contabilísticas.

<sup>56</sup> Na DC 16 encontramos o termo reavaliação.

<sup>57</sup> Método de custo de reposição depreciado - a quantia bruta do activo a revalorizar é substituído pelo seu respectivo custo de reposição

<sup>58</sup> Método do valor corrente de mercado o que releva a quantia do activo líquida das depreciações acumuladas, a qual é substituída pela quantia correspondente ao valor corrente de mercado (justo valor). A quantia do excedente corresponde à variação verificada. “Contabilidade Financeira” 4ª Edição de 2001: Baptista da Costa, C. & Correia Alves, G.

<sup>59</sup> Depreciação é a imputação sistemática da quantia depreciável de um activo durante a sua vida útil. (§6 da NRF7)

### ***Reexpressão Proporcional***

Este caso é muito comum quando se utiliza um índice para determinar o valor do bem. Ajustamos á quantia escriturada bruta e às depreciações acumuladas para que a quantia escriturada líquida seja igual à quantia revalorizada.

### ***Eliminação das depreciações acumuladas contra a quantia escriturada bruta***

Este método é muito aplicado aos edifícios. É um método onde eliminamos as depreciações acumuladas em contrapartida com a quantia escriturada bruta e reexpressamos/ajustamos a quantia líquida para a quantia revalorizada do activo.

A reexpressão/ajustamento dos AFT pode trazer tanto um aumento como uma diminuição da quantia escriturada líquida. Assim, os §39 e 40 do NRF 7 diz-nos que:

- a) (§39) Caso a quantia escriturada diminua resultante de uma revalorização, esta diminuição deve ser reconhecida nos resultados (como perda por imparidade). Contudo se houver um aumento dessa quantia e períodos subsequentes, essa deve também reconhecida nos resultados até ao ponto em que ultrapasse o valor anteriormente reconhecido nos resultados. A partir daí, é reconhecido no capital próprio.
- b) (§40) Caso a quantia escriturada aumente resultante de uma revalorização, este aumento deve ser creditado directamente numa conta do capital próprio (“561 – Excedente de Revalorização”). Contudo, o aumento deve ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo previamente reconhecido nos resultados<sup>60</sup>.

A título de exemplo prático, vejamos o ANEXO VIII.

Quanto a realização das reservas de revalorização, podemos dizer que são incorporados nos resultados acumulados mediante a utilização do activo, ou seja, a medida que vamos depreciando o activo, a parcela da reserva de revalorização vai sendo transferido para Resultados Transitados.

---

<sup>60</sup> Como perda por imparidade.

### 3.3.3.3. Desreconhecimento de um AFT<sup>61</sup>

As reduções do activo fixo tangível, segundo o SNCRF, podem ser realizadas por via de sinistros, abates ou alienações<sup>62</sup> (neste ponto os dois normativos são unânimes, ou seja, ambos abordam este tema de forma idêntica) ou quando não se espera futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

O desreconhecimento de activos por qualquer uma das vias referidas no parágrafo anterior resulta num “ganho”<sup>63</sup> ou numa “perda”<sup>64</sup> para a entidade. Esse ganho/perda é obtido quando:

- a) a entidade conseguir alienar o activo a um preço superior ou inferior à sua quantia escriturada;
- b) por conseguir recuperar de uma entidade seguradora ou outra entidade qualquer uma quantia superior/inferior à sua quantia escriturada (activos sinistrados ou abatidos).

O ganho ou perda, segundo o SNCRF deve ser incluído nos resultados quando o item for desreconhecido. Um aspecto que difere os dois normativos vem do facto do PNC considerar esse ganho/perda como “ganho/perda extraordinário”<sup>65</sup> (registados nas contas “828 – Perdas extraordinárias diversas” e “829 – Ganhos Extraordinários Diversos”) e o SNCRF contempla-los nas contas “Outros Gastos e Perdas” ou “Outros Rendimentos e Ganhos”, considerando que essas operações<sup>66</sup> não têm nada de extraordinário.

---

<sup>61</sup> Processo de eliminação da quantia escriturada de um bem do balanço.

<sup>62</sup> Venda, celebração de uma locação financeira ou doação.

<sup>63</sup> Ganhos, por não fazer parte da actividade corrente ou ordinária da empresa (representa um aumento do benefício económico da entidade). “*Os ganhos incluem, por exemplo, os que provêm de alienação de activos não correntes.*” (§73 da EC)

<sup>64</sup> Perda, por não fazer parte da actividade corrente ou ordinária da empresa (representa uma diminuição do benefício económico da entidade) “*As perdas incluem, por exemplo, as que resultam de desastres como os incêndios e as inundações bem como as que provêm de alienação de activos não correntes*” (§78 da EC).

<sup>65</sup> São as perdas (PNC) que eram considerados como as que não faziam parte das operações do dia-a-dia da entidade. Pois o PNC fazia questão de as separar das outras operações da empresa (as “operações normais”).

<sup>66</sup> Alienações, sinistros e abates.



Para as propriedades de investimento segue-se o mesmo.<sup>67</sup>

#### **3.3.3.4. Divulgação**

A forma de como divulgar a informação financeira é um dos principais aspectos de ênfase no novo normativo.

##### ***Dos Activos Fixos Tangíveis***

Através da NRF 7, o SNCRF enumera um conjunto de informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras.

Segundo o parágrafo 72 da NRF 7 uma entidade é obrigada a divulgar nas DF:

- os critérios de mensuração utilizados na mensuração da quantia escriturada bruta, as taxas<sup>68</sup> e os métodos de depreciação usados;
- a quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período (incluindo as perdas por imparidade acumuladas), indicando as aquisições, as revalorizações, as alienações, as transferências para activos detidos para venda, as depreciações e perdas por imparidade do período e outras que possam existir.
- e outras divulgações referidas no §73 da NRF 7.

A entidade pode ainda fazer referência aos activos tangíveis significativos<sup>69</sup> controlados pela empresa que por não reunirem todos os critérios de reconhecimento não foram reconhecidos como activos fixos tangíveis. Pode também divulgar os itens inteiramente depreciados<sup>70</sup> que ainda estejam em uso (não é obrigatório).

---

<sup>67</sup> Isto segundo o SNCRF. Não se aplica ao PNC por não tratar de propriedades de investimento.

<sup>68</sup> Ou vida útil.

<sup>69</sup> Activos que tem um peso relevante na entidade.

<sup>70</sup> Activos fixos tangíveis figurados no balanço com uma quantia escriturada nula ou, como é muito comum, itens que não figurem no balanço que ainda são utilizados pela empresa.

### ***Da revalorização dos Activos Fixos Tangíveis***

De forma particular, quando a entidade expressa a quantia escriturada dos activos fixos tangíveis ou de uma classe dos activos tangíveis através da revalorização, ela deve divulgar (§75 e 76 da NRF 7):

- a data de eficácia da revalorização (data de referência da revalorização) – é a data de referência para o cálculo das depreciações do exercício, pois é ela que nos diz se o acréscimo na quantia escriturada afectará ou não as depreciações do exercício.
- a envolvimento ou não de um avaliador independente no processo de revalorização;
- os métodos e os pressupostos que foram aplicados na avaliação dos AFT, ou seja, os métodos utilizados na estimativa do justo valor dos activos envolvidos no processo de revalorização;
- se o justo valor foi determinado com base nos preços observáveis no mercado do activo ou se foi com base no preço de transacções de mercado recentes tendo em vista o não relacionamento entre as partes. Ainda se foi utilizada uma outra técnica de estimativa na valorização.

### ***Das Propriedades de Investimento***

No caso das propriedades de investimento a entidade deve divulgar:

- o modelo que aplica na mensuração das PI (custo ou justo valor)
- os critérios que utiliza para separação das PI dos AFT quando do uso de uma parte de um imóvel e arrendamento da outra parte;
- os métodos e os pressupostos usados para a determinação do justo valor da PI e indicar se baseou em evidências de mercado ou se foi com base em outros factores, por força de natureza da propriedade ou por falta de dados do mercado susceptíveis de comparação.

- a envolvimento ou não de um avaliador independente na valorização das PI e na determinação do justo valor. A não existência de uma avaliação também deve ser divulgada.
- os rendimentos e os gastos directos<sup>71</sup> associados às PI e às obrigações contratuais de comprar, construir ou desenvolver PI (pode divulgar até mesmo obrigações contratuais de reparações, manutenções ou mesmo aumentos).

### **3.4. Comparação entre as Normais Nacionais (SNCRF) e as Internacionais**

Sendo o SNCRF um sistema dotado das mais modernas e conceituadas Normas Internacionais de Contabilidade não há diferenças em relação às normas internacionais. Estão pé de igualdade.

O SNCF foi um pouco simplificado, devido à menor complexidade do mercado cabo-verdiano, mas a essência não foi alterada e os aspectos relevantes não foram deixados de fora ou distorcidos.

---

<sup>71</sup> Os gastos directos associados as PI devem ser divulgados quer a propriedade esteja a gerar rendimento quer não.

## **4. O TRATAMENTO FISCAL DAS REVALORIZAÇÕES DOS AFT**

O fisco, nestes dois anos após a adopção do SNCRF, tem tratado as DF da mesma forma que as tratava aquando do PNC, introduzindo apenas as alterações na nomenclatura estabelecida no Decreto-lei nº 14/2010. Assim os impostos sobre as “reservas de revalorização” têm sido tratados de forma diferente entre as normas de contabilidade e as leis fiscais. Isto devido à desactualização da última.

### **4.1. A tributação dos excedentes de revalorização**

As normas fiscais relativamente às revalorizações, em Cabo Verde, são antigas, assim como as normas de contabilidade (PNC). Também não acompanharam as alterações da economia ocorridas ao longo desses anos.

Os diplomas vigentes sobre a revalorização dos AFT são:

- O Decreto-lei nº1/84 de 28 de Janeiro, que trata da revalorização propriamente dita.
- A Portaria 3/84 de 28 de Janeiro veio estabelecer regras e taxas para as reintegrações e amortizações, obedecendo alguns princípios<sup>72</sup>.
- A lei nº7/96 de 15 de Janeiro que aprova o Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos (RIUR), com algumas actualizações feitas nos Orçamentos de

---

<sup>72</sup> Art.1º - *Apresentação de uma tabela sistemática, simples e de fácil compreensão e consulta;*

Art.2º - *Arrumação dos elementos do activo imobilizado por grupos segundo as contas do balanço, facilitando no calculo das amortizações e na consulta na tabela;*

Estado diz que todas as empresas<sup>73</sup> fiscalmente definidas nos termos do RIUR são sujeitos passivos do Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR).

No art.4º nº1 alínea a), o RIUR diz-nos que o IUR incide sobre o lucro das entidades consideradas como empresa neste regulamento e define o lucro como sendo “*a diferença entre os valores do património líquido no fim e no início do período de tributação, com as alterações previstas no regulamento*”.

Este lucro que o RIUR faz referência é exactamente ao conceito de lucro referido no conceito de manutenção de capital financeiro, o que nos leva a dizer que para efeitos fiscais é válido, no apuramento da matéria colectável, o capital financeiro e não o capital físico.

A Matéria Colectável é a base pela qual a Administração Fiscal usará para aplicar a taxa de IUR-PC<sup>74</sup> em vigor para “liquidar” o montante de imposto que o contribuinte deverá pagar. Para encontrar a matéria colectável, a Administração Fiscal pode corrigir o lucro contabilístico (acrescentado a este gasto e/ou rendimentos não aceites fiscalmente). Estas alterações estão previstas no RIUR. Elas estão relacionadas com os prejuízos e os benefícios fiscais que são deduzidos ao lucro tributável para efeitos de cálculo da matéria colectável, assim como a adição dos gastos considerados não aceites fiscalmente<sup>75</sup>.

O referido regulamento não faz referência às alterações do capital próprio que não sejam provenientes de lucro ou de entrada de sócios.

Quanto à revalorização dos AFT o RIUR não é claro em como deve ser feita a tributação das reservas de revalorização, aliás nem faz referência a tributação dessas

---

<sup>73</sup> O RIUR define empresas como sendo as sociedades nacionais ou estrangeiras, comerciais ou civis sobre a forma comercial, por quotas, anónimas ou cooperativas, as empresas públicas e as demais pessoas colectivas de direito público ou privado. (art.2º nº2)

<sup>74</sup> A taxa de IUR-PC em cabo verde é de 25% (até 2007 era de 30%).

<sup>75</sup> Os gastos não aceites pelo fisco, no RIUR tratados como custos inaceitáveis, estão nos art.33º.

reservas. Esta lacuna<sup>76</sup> faz com que as reservas de revalorização não sejam tributadas, isto é, não sejam considerados a quando do cálculo da matéria colectável.

No que diz respeito às depreciações de um AFT revalorizado (superiores àquelas que teríamos se tivessem sido calculados sem a revalorização) podemos dizer que são totalmente aceites pela Administração Fiscal, desde que devidamente comprovadas e solicitadas à autorização da Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) e que sejam calculados com base nas taxas máximas (as necessárias para reintegrar totalmente o novo valor contabilístico dos elementos reavaliados) permitidas, pelo qual serão calculados com base na duração provável considerada no momento da sua revalorização<sup>77</sup>.

O Decreto-lei nº1/84 (art.5ºnºs 2 e 3) diz-nos que as reservas só podem ser utilizadas para aumento de capital ou para cobertura de prejuízos acumulados, desde que seja feito em períodos superiores ao da sua constituição.

Assim sendo, podemos concluir que, para efeitos fiscais, o aumento das depreciações decorrente de uma revalorização de AFT é considerado na totalidade como gasto, enquanto as reservas de revalorização, por falta de cobertura pelo RIUR não é levado em conta no cálculo do IUR a pagar (sem prejuízo da coincidência existente entre definição de lucro para efeitos fiscais e o conceito de capital financeiro).

#### **4.2. O SNCRF e os Impostos sobre os rendimentos**

O NRF7, no seu parágrafo 42, remete-nos para a NRF 22, para o tratamento dos impostos sobre as revalorizações quando no diz que *“os efeitos dos impostos sobre o rendimento, se houver, resultante de revalorização do AFT são reconhecidas e divulgadas de acordo com a NRF 22 – Impostos sobre o Rendimento”*<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> Situação (campo de actuação) não prevista por uma lei.

<sup>77</sup> Art.34º nº1 do RIUR.

<sup>78</sup> IAS 12

Assim, a NRF 22 dá ênfase à questão da probabilidade de haver um maior ou menor pagamento de impostos resultante da recuperação ou liquidação futura da quantia escriturada de um activo ou passivo, isto é, quando uma transacção feita num determinado exercício fará com que no futuro, a entidade pague mais ou menos impostos. Ela exige que sejam reconhecidos activos ou passivos por impostos diferidos como consequências fiscais dessas operações. De facto, aqui pode existir uma situação das tais “diferenças temporais” em termos de tributação e reconhecimento contabilístico. Nota-se que do ponto de vista de capital financeiro, a revalorização pode configurar um lucro (?) (faz o capital aumentar ao longo do período) só que o “ganho” só se irá realizar (rendimento efectivo) por via do uso ou alienação do bem.

Assim, entendemos por Activo por imposto diferido, *“a quantia de impostos sobre o rendimento recuperável em períodos futuros respeitantes à diferenças tributárias dedutíveis, reporte de perdas fiscais não utilizadas ou reporte de créditos tributáveis não utilizados”* e por Passivos por Impostos Diferidos *“as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito à diferenças temporárias tributáveis”*<sup>79</sup>.

A NRF 22 diz-nos no seu parágrafo 51 que *“a contabilização dos activos/passivos por impostos diferidos de uma transacção ou acontecimento coincide com a contabilização da transacção ou com o próprio acontecimento”*. Assim, no momento em que contabilizamos uma revalorização, os efeitos fiscais, presente e/ou futuros dela resultantes deve ser também contabilizada.

A NRF 7, §41, diz-nos que podemos transferir o excedente de revalorização para resultados retidos, ano a ano, num valor que equivale à diferença entre as depreciações revalorizadas e a depreciações baseadas no custo. A NRF 22, no §58 vem reforçar essa ideia ao dizer-nos que se uma entidade fizer tal transferência, a quantia a transferir tem de ser líquida de qualquer imposto diferido relacionado.

---

<sup>79</sup> Borges, António *et al.* *As Novas Demonstrações Financeiras*. Lisboa: Áreas Editora

Também é reconhecida directamente no capital próprio<sup>80</sup> os efeitos fiscais ou ajustamentos da base fiscal resultante de revalorização de activos para efeitos de tributação. Mas isto só acontece se a revalorização estiver relacionada com uma revalorização contabilística de um período anterior.<sup>81</sup>

Em síntese, podemos dizer que os excedentes de revalorização são reconhecidos como tributáveis no SNCRF, construindo um activo/passivo por impostos diferidos que será anulada com o tempo mediante a sua realização (através do uso ou da alienação).

Como exemplo vejamos o ANEXO IX.

#### **4.3. Incompatibilidades das Leis Fiscais em relação ao SNCRF**

Diante de um Normativo Contabilístico actual e coerente com as normas aceites internacionalmente e um Regulamento de Imposto sobre os Rendimentos de Janeiro de 1996, *a priori* podemos ver que haverá algumas incompatibilidades, isto é, conteúdos tratados de forma diferente entre um e o outro. Isto não quer dizer que as normas de contabilidade e as leis fiscais tenham de ser iguais, pois têm objectivos diferentes, mas todos têm de estar adaptados à realidade económica que o país vive e de certa forma, inter-relacionados.

O Art.24º nº2 do RIUR diz-nos que “*a matéria colectável é em regra determinada pela declaração dos contribuintes, tendo por base os elementos contabilísticos, segundo o PNC, corrigida segundo as normas desse regulamento e sem prejuízo do seu controlo pela administração fiscal*” e a contabilidade está a ser feita com base num outro normativo. O SNCRF.

O SNCRF prevê o tratamento contabilístico de excedentes de revalorização, mas o RIUR não se refere a isso, pelo qual se deduz que não as considere como tributáveis para efeitos fiscais.

---

<sup>80</sup> Reconhecimento feito nos períodos em que ocorrem.

<sup>81</sup> §59 da NRF 22



Esta última é das incompatibilidades que mais se faz efeito, pois é através dela que uma revalorização, neste momento em Cabo Verde, é uma mais-valia em termos de tributação, em que os gastos com depreciação são totalmente aceites como gastos fiscais e a contrapartida que são as reservas não são tributadas.

Uma outra incompatibilidade reside na realização das reservas de revalorização, em que a Administração Fiscal permite a sua incorporação pela totalidade nos Resultados Transitados, por forma de cobertura de prejuízos, enquanto o SNCRF o permite, mas, este é feito mediante a utilização do activo.

## **5. IMPACTO DAS RESERVAS RESULTANTES DA REMENSURAÇÃO DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

### **5.1. Impacto no Património**

O Património é um conjunto de elementos heterogéneos denominados de elementos patrimoniais, todos susceptíveis de representação monetária. Nele podemos distinguir duas classes de elementos patrimoniais: o activo e o passivo. A diferença entre estes dois grupos é o capital próprio. Este último é também denominado de património líquido de uma entidade.

Uma revalorização afectará cada um desses grupos de elementos referidos no parágrafo anterior, cada um da sua forma.

#### Activo

Uma revalorização dos AFT afectará directamente o activo, mais propriamente através das contas dos AFT, na medida em que altera a quantia escriturada desses activos. Ao procedermos a uma revalorização, qualquer que seja o método de tratamento das depreciações acumuladas, haverá um ajustamento a fazer na quantia escriturada do activo.

Haverá também uma afectação nas disponibilidades da entidade no ano da revalorização com o valor a pagar ao avaliador e outros que estejam envolvidos no processo. Esses processos são normalmente muito dispendiosos.

#### Capital Próprio

Nesta classe, também haverá uma afectação directa. Ao procedermos à uma revalorização de AFT, haverá uma diferença entre o valor de revalorização e a quantia escriturada líquida do bem. Essa diferença é registada directamente numa conta de capital próprio, alterando assim o seu valor.

Teremos também uma alteração dos resultados transitados através da correcção dos resultados dos exercícios transactos diante da anulação da parte das reservas de

revalorização referente ao excedente de depreciações do exercício, resultante de uma revalorização. Esta é uma afectação indirecta.

Todas essas alterações podem ser vistas na Demonstração das Alterações do Capital Próprio<sup>82</sup>.

### Passivo

O Passivo é indirectamente afectado pelas revalorizações de AFT, através da constituição de passivos por impostos diferidos ou através da dívida ao avaliados caso a entidade ainda não tenha pago as despesas com o processo de avaliação dos activos.

## **5.2. Impacto no Auto-financiamento e liquidez da empresa**

### **5.2.1. Auto-financiamento**

O auto-financiamento de uma entidade corresponde aos fundos financeiros libertados pela actividade da empresa e ficam disponíveis para financiar a realização de investimentos, isto é, o financiamento com recurso à capitais gerados pela própria empresa no decurso da sua actividade (através dos resultados líquidos obtidos). Esta deverá ser sempre a primeira fonte de financiamento de qualquer empresa pois, comparativamente ao financiamento por capitais alheios, não representa nem custos de financiamento nem perda de autonomia financeira<sup>83</sup> e não representa esforço acrescido de investimento por parte dos accionistas<sup>84</sup>.

Para calcular o montante disponível por auto-financiamento a partir dos mapas contabilísticos é utilizada a seguinte fórmula:

---

<sup>82</sup> Anexo nº2 às Demonstrações Financeiras.

<sup>83</sup> A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade da empresa através da comparação entre os capitais próprios e os capitais alheios (passivos). Quanto maior for o grau de autonomia financeira, maior será o grau de solvabilidade, ou seja, maior será a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros de longo - prazo.

<sup>84</sup> Comparativamente ao financiamento por aumento de capitais próprios.

$$A_t = RL_{t-1} + Deprec_{t-1} + Provis_{t-1} + Impar_{t-1}$$

Em que: t = ano corrente

t-1 = ano anterior

A = Auto-financiamento

Deprec = Depreciações do Exercício

Prov = Provisões do Exercício

Impar = Imparidade do Exercício

A revalorização dos AFT, como já referimos anteriormente, traz um acréscimo no Capital Próprio pelo excedente de revalorização e nas depreciações do exercício pelo ajustamento feito na quantia escriturada do activo.

Esse acréscimo no capital próprio servirá para melhorar a solvabilidade<sup>85</sup> da empresa, fazendo com que ela se apresente em melhores condições de cumprir os seus compromissos perante terceiros e consequentemente uma boa estabilidade financeira.

O aumento nas depreciações conduz a um menor resultado líquido para a empresa, fazendo com que haja uma menor remuneração do capital aos sócios/accionistas (menor distribuição de lucros)<sup>86</sup>. Por outro lado, salvaguarda fundos para futuros investimentos em AFT e aumenta a capacidade de recurso a créditos<sup>87</sup>, fazendo com que haja retenção de resultados na empresa e uma melhor recuperação do investimento através das depreciações (melhores do que seriam se não tivesse havido uma revalorização).

---

<sup>85</sup> A Solvabilidade ou a Capacidade de Endividamento indica a proporção relativa dos activos da empresa financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Sendo tudo o resto igual (*ceteris paribus*), quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

<sup>86</sup> É o inconveniente desta estratégia (para os sócios/accionistas).

<sup>87</sup> Para que lhe seja dado um crédito, quem o vai dar (nomeadamente os bancos comerciais e outras instituições de crédito) analisa a situação da empresa para ver se ela tem ou não capacidade de cumprir o plano de amortização do crédito.

### **5.2.2. Liquidez<sup>88</sup>**

Ao reter fundos, a empresa está, também, diminuindo o seu risco de liquidez, garantindo os compromissos a curto prazo.<sup>89</sup>

Desde que haja lucro, todos os anos a entidade poderá vir a distribuir os accionistas em função do capital investido na empresa. O aumento nas depreciações (gastos do exercício) conduz à uma diminuição do resultado e contribuem para uma menor distribuição aos accionistas. Isso faz com que a entidade retenha esse valor nas suas disponibilidades e aumente a sua liquidez<sup>90</sup>.

Um aspecto negativo reside no facto de a empresa ter de pagar, a curto prazo, os honorários de um avaliador. Por ser um valor materialmente relevante, representa uma quebra na liquidez da entidade.

### **5.3. Impacto a Nível da Tributação dos Rendimentos**

Além de apresentar contas aos accionistas, as empresas são obrigadas a prestar contas à Administração Fiscal<sup>91</sup> para efeitos de liquidação e pagamento dos impostos a que estão sujeitas. No caso de Cabo Verde trata-se do Imposto sobre o Rendimento sobre Pessoas Colectiva (IUR – PC).

As DF são elaboradas de acordo com normas de contabilidade que em certos pontos farão com que o resultado contabilístico divirja do resultado apurado pelo fisco (para efeitos de tributação). Daí a necessidade de elaboração de outros documentos fundamentais para o apuramento do resultado tributável fazendo com que ao resultado revelado pela contabilidade seja adicionado os gastos não aceites fiscalmente, deduzindo os rendimentos não aceites fiscalmente, para além de outras deduções possíveis.

---

<sup>88</sup> Calculada através de rácios, mede a capacidade da entidade em fazer face aos seus passivos correntes, isto é, em liquidar os seus passivos de curto prazo só com o seu activo circulante.

<sup>89</sup> Isto é dado pelos rácios de liquidez (geral, reduzida e/ou imediata).

<sup>90</sup> Dado um certo passivo corrente, quanto maior forem as disponibilidades, maior será a liquidez.

<sup>91</sup> Em Cabo Verde é à D.G.C.I (Direcção Geral de Contribuição e Impostos).

Uma empresa não pode ignorar a legislação fiscal, mas também não se pode restringir a ela aquando da preparação da informação contabilística. Nessa ordem podemos destacar as depreciações, em que a legislação fiscal estabelece taxas máximas, pelos quais serão aceites como gastos fiscais. Define também que a empresa deve utilizar apenas o método de quotas constantes para a depreciação dos activos sujeitos a depreciação. Isto quer dizer que, a empresa, ao utilizar um método diferente, o acréscimo nas depreciações ao que teria se tivesse utilizado o método exigido, não serão aceites como gastos para efeitos de tributação (art.36 do RIUR).

*“Sejam quais forem as disposições da legislação fiscal sobre o modo de calcular o lucro tributável, às empresas compete principalmente a determinação dos resultados reais do exercício. A contabilidade subordinada a todas as prescrições fiscais perderia grande parte da sua credibilidade e utilidade, transformando-se num perigoso instrumento de gestão.”<sup>92</sup>*

A empresa deve, no anexo das DF, divulgar as alterações nas depreciações do exercício com vista a obter vantagens fiscais, isto é a medida em que, para efeitos fiscais, o resultado do exercício foi afectado.

Como referimos em pontos anteriores, pela lei do IUR em vigor as reservas de revalorização não são tributáveis. As depreciações dos AFT revalorizados são aceite como gastos na sua totalidade. Mas, para que o aumento das depreciações seja aceite fiscalmente, a revalorização feita carece de autorização do Ministério das Finanças.

Vejamos:

Se as depreciações constituem gastos do período afectando directamente o resultado do exercício (diminui o resultado) e são totalmente aceites pela Administração Fiscal.

---

<sup>92</sup> Da Silva, F.V. Gonçalves; Pereira, J.M. Esteves & Rodrigues, Lúcia Lima. *Contabilidade das sociedades* (13ª ed.). Porto: Plátano Editora.

Haverá uma diminuição da Matéria Colectável e por conseguinte uma diminuição do valor de imposto sobre o rendimento a pagar, isto é, um efeito positivo para a entidade.

As reservas de revalorização, por não serem tributadas à luz da legislação fiscal em vigor, fazem com que uma entidade não pague mais impostos a quando da realização do activo, seja pelo uso ou pela alienação. Isto traduz-se numa retenção de fundos na empresa (fundo esse que seria entregue ao Estado caso as reservas de revalorização fossem tributáveis). A retenção corresponde a 25%<sup>93</sup> do valor dos aumentos nas depreciações dos bens revalorizados.

Como referíamos no ponto anterior (impacto na liquidez), uma entidade tem de contratar um independente para avaliar o activo. Esse tipo de contratações é muito custoso, constituindo assim um gasto relevante para a entidade. Esse por sua vez afectará negativamente o resultado do período e contribuirá para uma redução dos impostos sobre os rendimentos a pagar.

---

<sup>93</sup> Referente aos anos de 2008 a 2010. Caso fossem os anos anteriores a 2007 a taxa seria de 30%.

## **6. ESTUDO DE CASO**

### **6.1. Metodologia**

Para a elaboração do estudo de caso utilizamos como metodologia, a colecta de dados, directamente na empresa, para posteriormente fazer a organização e a análise desses dados. Por isso, fizemos uma pesquisa documental, recolha de documentos com relevância contabilística da empresa, tais como: balancetes, balanços e demonstração de resultados.

Fizemos uma pesquisa de campo, analisando o que é que a empresa fez em relação a revalorização do edifício. Também recorremos à várias entrevistas, não formais, no acto de levantamento de informações, para a elaboração do referido estudo de caso, e análise dos documentos fornecidos.

Com os dados todos colhidos, fizemos uma apreciação geral sobre a forma como a empresa fez o tratamento do caso. Posteriormente analisamos o caso pormenorizadamente e fizemos o tratamento de acordo com o previsto no normativo contabilístico e fiscal conforme enquadramento feito neste trabalho sem esquecer dos impactos que trouxe à ANV, SA.

### **6.2. Apresentação da empresa**

#### **6.2.1. Identificação**

Designação: ANV, S.A. – Agência Nacional de Viagens, S. A.

Sede: Mindelo, São Vicente

Forma jurídica: Sociedade Anónima

Início de Actividade como Empresa Privada: Maio de 1997 (B.O No. 19, I Série, 20 de Maio de 1997)

Identificação Fiscal: 200 477 625

Capital Social: 30.000.000 Escudos Cabo-verdianos



### **6.3. História da empresa**

O espaço onde, hoje, se situa a ANV pertencia inicialmente a companhias carvoeiras inglesas que se instalaram em S. Vicente a partir 1838/89. Eles abasteciam os barcos que aportavam o Porto Grande de S. Vicente. De entre elas podemos destacar a Casa Millers & Nephew, mais tarde Millers & Cory, depois Cory Brothers/Millers & Cory, chamado "escritório da Millers" e com a fusão destas, a Cory Brothers, que havia se estabelecido no Porto Grande desde 1875. Posteriormente o prédio foi transferido para a Companhia de S. Vicente, pelo Sr. Zangury, o primeiro representante da Cory Brothers em São Vicente.

Com a independência de Cabo Verde, mais concretamente em finais de 1978, a companhia passou para o Estado, tendo posteriormente, em 12 de Julho 1980 constituído a Agência Nacional de Viagens, E.P<sup>94</sup> mantendo a mesma estrutura da época, sendo ainda hoje um dos edifícios mais emblemáticos e impressionantes da cidade.

Enquadrado no programa do II Governo Constitucional da II República, a reestruturação do sector empresarial do Estado, veio transformar a empresa em duas Sociedades Anónimas: ANV, SARL e ANAV - PRAIA, SARL através do Decreto-Lei nº29/97 de 20 de Maio.

O seu capital social (Trinta milhões de escudos) é subscrito e realizado pelos accionistas que a mesmo tempo são trabalhadores.

Sedeada no centro da cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, Cabo Verde, onde se encontra o Escritório Central, de todas as Actividades, tem representações nas ilhas de Santiago, Sal, Maio, Boa Vista, Fogo, São Nicolau, Santo Antão e Brava.

A Agência Nacional de Viagens SA tem como actividade principal o agenciamento marítimo e aéreo de viagens (reserva, venda de passagens). Porém, outros serviços são realizados em paralelo, tais como: Recrutamento e embarque de tripulantes para

---

<sup>94</sup> Empresa Pública

trabalhar em companhias estrangeiras, Shippchandler (fornecimento de víveres a navios) viagens de excursões para compras, pedidos de vistos, seguros de viagens, serviços de representações e imobiliária por conta própria. Relativamente à sua estrutura orgânica consultar o ANEXO X.

#### 6.4. A ANV, SA em números nos últimos 6 anos (de 2005 a 2010)

##### Quadro I: Balanços da ANV, SA (2005 a 2010)

Os valores constantes nos balanços são valores líquidos.

Balanço	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Activo</b>						
<b>Activo não corrente</b>	<b>6.005.109</b>	<b>87.211.280</b>	<b>86.363.411</b>	<b>84.824.801</b>	<b>81.485.510</b>	<b>77.712.939</b>
Activos fixos tangíveis	4.310.109	85.516.280	84.668.411	83.129.801	81.372.481	77.599.910
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	9.000	82.176.360	78.752.720	75.329.080	74.948.219	72.427.845
Equipamento básico	332.500	273.308	226.375	206.546	140.820	71.626
Equipamento de transporte	2.331.250	1.837.500	4.697.186	5.984.257	5.077.576	4.170.896
Equipamento administrativo	1.153.451	972.321	859.816	1.320.376	1.115.764	929.543
Outros activos fixos tangíveis	483.908	256.791	132.313	289.542	90.102	0
Activos fixos intangíveis	0	0	0	0	113.029	113.029
Investimentos Financeiros	1.695.000	1.695.000	1.695.000	1.695.000	0	0
<b>Activo corrente</b>	<b>46.324.483</b>	<b>45.449.653</b>	<b>46.430.635</b>	<b>60.995.722</b>	<b>55.249.393</b>	<b>75.035.014</b>
Contas a receber	32.352.695	29.718.326	32.977.067	38.858.114	35.338.666	47.079.104
Disponibilidades	12.444.829	13.441.893	11.243.951	19.094.828	19.910.727	27.955.910
Deferimentos	1.526.959	2.289.434	2.209.617	3.042.779	0	0
<b>Total Activo</b>	<b>52.329.592</b>	<b>132.660.933</b>	<b>132.794.046</b>	<b>145.820.523</b>	<b>136.734.903</b>	<b>152.747.953</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>						
<b>Capital Próprio</b>						
Capital realizado	29.171.489	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
Reservas legais	1.508.047	1.014.449	1.296.571	306.347	695.500	1.113.368
Outras reservas	0	85.591.000	85.591.000	85.591.000	Transf.p/ Exced. Reval.(SNCRF)	85.591.000
Excedentes de revalorização		Incluído em O. Reservas (PNC)			85.591.000	85.591.000
Resultados transitados	-1.175.573	-1.175.573	-1.175.573	0	0	0
Resultado líquido do período	6.698.247	5.642.426	3.706.976	7.783.080	8.361.351	12.264.867
<b>Total C. Próprio</b>	<b>36.202.210</b>	<b>121.072.301</b>	<b>119.418.974</b>	<b>123.680.426</b>	<b>124.647.851</b>	<b>128.969.235</b>
<b>Passivo</b>						
Passivo não Corrente	0	0	4.878.258	3.005.582	2.285.569	1.598.212
Passivo Corrente	16.127.383	11.588.631	8.496.814	19.134.514	9.801.483	22.180.506
<b>Total Passivo</b>	<b>16.127.383</b>	<b>11.588.631</b>	<b>13.375.072</b>	<b>22.140.096</b>	<b>12.087.052</b>	<b>23.778.718</b>
<b>Total C. Próprio + Passivo</b>	<b>52.329.592</b>	<b>132.660.933</b>	<b>132.794.046</b>	<b>145.820.523</b>	<b>136.734.903</b>	<b>152.747.953</b>

Fonte: Adaptado das Demonstrações Financeiras da ANV, SA

#### 6.5. Descrição do caso em estudo

O caso a estudar centra-se em analisar o impacto que a Revalorização e um dos patrimónios da ANV, que já se encontrava mensurado a um valor muito reduzido nas DF, na empresa (a nível de tributação dos rendimentos, a nível do património e também a nível do auto-financiamento). Por isso vejamos qual é o património e a sua história em termos de mensuração ao longo dos anos.

O património em estudo é o edifício onde funciona a sede da ANV e consta na conta “edifícios e outras construções” referida no balanço anterior.

Baseando nas informações fornecidas pela administração da ANV, incluindo nas DF, podemos ver, no ano anterior a revalorização (2005), que:

- a quantia escriturada era de 3.493.747\$00.
- as depreciações acumuladas eram de 3.344.997\$00 (cerca dos 25 anos de vida<sup>95</sup> do edifício)
- a taxa de depreciação aplicada é de 4% (corresponde às taxas publicadas pelo Ministério das Finanças através da Portaria 3/84 de 28 de Janeiro)
- a quantia escriturada líquida era de 9.000\$00.
- 70% do edifício está arrendado a dois comerciantes da ilha: Khim Negoce e Seri-Lopes.

Vejamos o mapa depreciação, referindo apenas ao bem em questão, a 31/12/2005 (ano antes revalorização):

**Quadro II:** Mapa de Depreciação da ANV, SA (2005)

Descrição	Qt. Escrit. Bruta	Abates	Qt. Escrit. Líquida Abates	Deprec. Acum. Exerc. Anterior	Taxa Deprec.	Deprec. Exercio	Deprec. Acum.	Qt. Escrit. Líquida
Prédio Anav	3.493.747	0	3.493.747	3.344.997	4,00%	139.750	3.484.747	9.000

o valor do terreno está incluído (alegam ser um terreno em regime de aforro)

**Fonte:** Adaptado das Demonstrações Financeiras da ANV, SA

A empresa decidiu, em 2006, revalorizar o seu edifício, alegando que o valor constante no balanço não corresponde ao valor real do mesmo. Para o efeito contratou uma empresa especializada e independente, para fazer a avaliação do edifício.

Essa avaliação consistiu em analisar e avaliar as características próprias do activo e da envolvente. Dessa análise, feita com base no Valor de Mercado, o avaliador concluiu que o valor de reavaliação do edifício seria de 85.600.000\$00.

<sup>95</sup> Contando apenas os anos após a aquisição do edifício, pois ela é muito mais antigo que isso como podemos ver a história da empresa que acaba por ser a história do edifício.

Com a decisão de revalorizar o activo para o valor de mercado de 85.600.000\$00, a ANV fez os seguintes movimentos:

de	42	Imobilizado Corpóreo		
	422	Imobilizado Corpóreo - Edifícios	85.591.000	
a	57	Outras Reservas		85.591.000
		(H: Pea revalorização do edificio)		

Esquemáticamente, no razão, as contas envolvidas tiveram a seguinte composição:

422 - Imob. Corp. - Edif.		482 - Amort. Acum. - Edif.		57 - Outras Reservas	
(SI)	3.493.747		3.484.747		
(I)	85.591.000				85.591.000 (I)
	89.084.747		0	0	85.591.000
	89.084.747	S/D	S/C	S/C	85.591.000
			3.484.747		

(SI) - Saldos Iniciais: saldos a data antes da revalorização

(I) - Revalorização do edifício (o terrenos não está separado, pois a administração diz que é um terreno adquirido em regime de aforro )

Reserva de Revalorização = 85.600.000\$00 - 9.000\$00 = 85.591.000\$00

Assim o mapa de revalorização ficou da seguinte forma:

### Quadro III: Mapa de Revalorização da ANV, SA

Descrição	Valores antes Revalorização			Justo Valor	Valores pós Revaloriz.		Ajustamentos		Reserva Revalorização
	V. Aquisição	Deprec. Acum.	Qt. Escrit. Liq.		Qt. Bruta	Deprec. Acum.	Qt. Bruta	Deprec. Acum.	
Prédio ANV	3.493.747	3.484.747	9.000	85.600.000	89.093.747	3.484.747	85.600.000	0	85.600.000

**Fonte:** Elaboração Própria.

Vendo para os valores constantes no mapa de depreciação, abaixo, podemos constatar que a empresa calculou as depreciações do exercício com base na “quantia bruta revalorizada” logo no ano em que fez a revalorização (2006).

A quantia bruta revalorizada é a quantia bruta ajustada com o acréscimo<sup>96</sup> proveniente do aumento do valor de mercado do bem.

Mapa de depreciações do ano 2006

<sup>96</sup> Acréscimo, porque neste caso o valor de mercado foi superior a quantia escriturada líquida. Caso contrário seria um decréscimo.

#### Quadro IV: Mapa de Depreciação de 2006 da ANV, SA

Descrição	V. Aquisição	Reaval.	Abates	V.Liq. Abates	Amot. Acum. Exerc. Anterior	Taxa Amort.	Amot. Exercio	Deprec. Acum.	VLC
Prédio Anav	3.493.747	85.591.000	0	89.084.747	3.484.747	4,00%	3.423.640	6.908.387	82.176.360

o valor do terreno está incluído (alegam ser um terreno aforrado)

**Fonte:** Elaboração Própria.

Quanto aos 70% do edifício arrendado, a ANV nada fez, ou seja considerou-o todo como AFT (no PNC tratado como imobilizações corpóreas).

Os gastos com a depreciação do edifício com base na quantia escriturada revalorizada foram totalmente aceites pela Administração Fiscal, conforme a notificação do IUR emitida) e o excedente de revalorização não foi alvo de pronúncia no referido documento.

## 6.6. Análise do caso

### 6.6.1. Análise da contabilização da revalorização

A ANV utilizava o custo histórico na mensuração dos seus AFT (edifícios e outras construções propriamente ditas). O que fez com que até o ano 2005 o edifício ainda estivesse mesurado pelo seu valor de aquisição (25 anos de vida sem alterar o seu valor).

O valor do terreno não está registado na contabilidade da ANV, SA, pois é um terreno adquirido em regime de aforro. Isto quer dizer que o terreno pertence ainda à Câmara Municipal. Assim, não há condições suficientes para reconhecer como activo da empresa. É um bem que a empresa não controla, prova disso é que a empresa não pode vender o edifício incluindo o terreno apesar de estar a ser utilizado pela empresa (substância sobre a forma).

No ano de 2006, com o edifício em perfeitas condições de funcionamento e mensurada a uma quantia líquida de 9.000\$00, a ANV decidiu remensurá-lo utilizando o método de revalorização.

Essa remensuração acarretou uma reserva de revalorização de 85.591.000\$00, isso comparando a quantia líquida com o valor de avaliação dada pela entidade que realizou a avaliação do activo.

Seguindo a forma de cálculo das reservas de revalorização, podemos ver que a forma de cálculo foi correctamente efectuada.

$\text{Reserva de revalorização} = \text{Justo Valor} - \text{Quantia Escriturada Líquida}$
---

Assim,  $85.600.000\$00 - 9.000\$00 = 85.591.000\$00$

Como podemos ver, a ANV limitou-se a ajustar a quantia escriturada bruta em contrapartida das reservas (no PNC era tratada na conta “Outras Reservas” por não haver uma conta específica para as Reservas de Revalorização de AFT como há no SNCRF).

No entanto, se formos ver a data da revalorização, podemos constatar que ainda estava em vigor o PNC, que como já tínhamos referido em pontos anteriores, não especificava a forma de tratamento das revalorizações. Assim, a ANV decidiu fazer o ajustamento da quantia escriturada dessa forma em vez de seguir, o que muito nessa altura as empresas seguiam, a DC 16 (embora o lançamento de ajustamento da quantia escriturada não tenha sido feito de forma correcta).

O correcto seria:

### **Em 31/12/2006 – Ano da Revalorização**

1º Efectuar a revalorização separadamente (cada um com o seu método apropriado)

- Anulação das depreciações acumuladas

Esta é uma das formas mais utilizadas e recomendadas pelo normativo em vigor. Assim fazemos os seguintes movimentos:

	<b>Cód.Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>
de	43	Activo Fixo Tangível		
a	438	Depreciações Acumuladas - AFT - Edifícios	3.484.747	
	43	Activo Fixo Tangível		
	432	AFT - Edifícios (H: Pela anulação das depreciações acumuladas)		3.484.747
de	43	Activo Fixo Tangível		
a	432	AFT - Edifícios	85.591.000	
	56	Excedentes de Revalorização de AFT (H: Pela excedente de revalorização)		85.591.000

Isto é o que a ANV deveria ter feito no momento da revalorização (2006). Quanto a separação da percentagem do edifício que é usada pela empresa (escritório e sede – 30%) da percentagem arrendada a terceiros (70%), ou seja, transferir para Propriedades de investimento o correspondente a parte arrendada, não o fez e nem poderia. Essa divisão não constava do normativo contabilístico em vigor na data (PNC)<sup>97</sup>.

Vejamos no Razão como é que se comportaram os saldos das contas.

432 - AFT - Edifícios		4382 - Depr. Ac. - AFT- Edif.		56 - Excedentes Revalorização	
(SI)	3.493.747	3.484.747 1)	(SI)		
(2)	85.591.000				85.591.000 (2)
	89.084.747	3.484.747	3.484.747	3.484.747	0
	85.600.000 S/D	S/N	0	S/C	85.591.000

(SI) - Saldos Iniciais: saldos a data antes da revalorização

(1) - Anulação das depreciações acumuladas em contrapartida da quantia bruta escriturada do edifício Revalorização do edifício.

(2) - Revalorização do edifício pelo valor de percado, dado pelo avaliador. Reserva de Revalorização = 85.600.000\$00 - 9.000\$00 = 85.591.000\$00

- Tal como exige a norma, a via de anulação das depreciações acumuladas referida pelo §35 (b) da NRF 7, as depreciações acumuladas foram anuladas contra a quantia escriturada bruta do edifício, ficando a conta “432” com exactamente o justo valor do edifício e a conta “4382” com saldo nulo.

<sup>97</sup> As Propriedades de Investimento foram introduzidas pelo SNRF que só entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2009.

- O excedente resultante da revalorização foi creditado directamente no Capital Próprio na conta “56” titulada de “Excedentes de revalorização de activos” (§39 da NRF 7)

Assim, as depreciações dos exercícios seriam calculadas, tendo como base a quantia líquida escriturada na conta “432” (85.600.000\$00).

### **Em 31/12/2009 – Ano de entrada em vigor do SNCRF**

Em 2009, com a entrada em vigor do SNCRF, a ANV teria de transferir o valor correspondente à parte do edifício arrendado para Propriedades de Investimento (PI), segundo o §10 da NRF 10.

	<b>Cód.Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>
de	42	Propriedades de Investimento		
	422	PI - Edifícios	59.920.000	
a	43	Activo Fixo Tangível		
	432	AFT - Edifícios		59.920.000
		(H: Pelo da parte do edifício arrendado para PI - 70%)		
de	438	Depreciações Acumuladas AFT		
	4382	Depreciações Acumuladas AFT - Edifícios	7.190.400	
a	42	Propriedades de Investimento		
	422	PI - Edifícios		7.190.400
		(H: Pela parte das depreciações acumuladas referentes à PI - 70%)		

Vejamos no Razão como é que se comportaram os saldos das contas.



432 - AFT - Edifícios		4382 - Deprec. Acum. - Edif.		422 - PI - Edifícios	
(SI)	85.600.000	59.920.000 (1)	(2)	7.190.400	10.272.000 (SI)
					1.027.200 (3)
	85.600.000	59.920.000		7.190.400	11.299.200
25.680.000 S/D		S/C 4.108.800		59.920.000 S/D	
4282 - Deprec. Acum. PI - Edif.		6411 - Depr. Exerc. PI-Edif		6422 - Depr. Exerc. AFT-Edif	
	7.190.400 (2)	(3)	7.190.400	(2)	(3)
	2.396.800 (3)				1.027.200
	0	9.587.200		7.190.400	0
S/C	9.587.200	7.190.400 S/D		1.027.200 S/D	

(1) - Transferência de uma parcela (70%) do saldo de "edifícios" (quantia bruta) do AFT para PI

(2) - Transferência de uma parcela (70%) do saldo das depreciações acumuladas do "edifícios" do AFT para PI (quantia bruta), em virtude da mensuração pelo Justo Valor.

Caso fosse o modelo de custo na mensuração das PI, teríamos de levar a parcela das depreciações acumuladas para crédito da conta "4282 - depreciações acumuladas - PI - Edifícios" em vez de o deduzir directamente a quantia bruta na conta "422 - PI - Edifícios".

(3) - Registo das depreciações do exercício 2009.

- A conta “432” ficou com um saldo credor de 25.680.000\$00 referente a 30% da quantia bruta total do edifício ( $85.600.000\$00 \times 30\% = 25.680.000\$00$ );
- A conta “4382” ficou com um saldo de 4.108.800\$00 correspondente aos três anos de depreciação da parte do edifício usado pela ANV ou 30% da depreciação total do edifício a 31/12/2008 ( $25.680.000\$00 \times 4\% \times 3 \text{ anos} = 85.600.000\$00 \times 4\% \times 3 \text{ anos} \times 30\% = 3.081.600\$00$ ) adicionado ainda as depreciações do exercício de 2009 ( $1.027.200\$00 = 25.680.000\$00 \times 4\%$ );
- A conta “422” tem um saldo devedor de 59.920.000\$00. Este valor refere-se aos 70% do valor total do edifício (totalidade da parte arrendada), pois optamos por registar a PI pelo método de custo de forma a fazer a sua depreciação. Caso optássemos pelo Método de Justo Valor teríamos de deduzir a parcela das depreciações acumuladas referente às PI da quantia escriturada na conta 422 (creditada directamente na conta 422 em vez de 4282) e ter-se-ia de apurar o justo valor a data.

- A conta “4282” tem um saldo credor de 9.587.200\$00 referente a: 70% das depreciações acumuladas (7.190.400\$00) transferidas a quando de reconhecimento como PI e as depreciações do exercício no valor de 2.396.800\$00.

A 31/12/2009 assim ficaria o mapa de depreciação (com evidência às transferências feitas e a não depreciação das PI):

**Quadro V:** Mapa de Depreciação da ANV, SA (ano 2009).

Descrição	Qt. Bruta	Reaval.	Transfer.	Qt. Liq. Abates	Deprec. Acum. Exerc. Anterior	Taxa Deprec.	Deprec. Exercio	Transfer.	Deprec. Acum.	Qt. Líquida
Propriedades de Investimento										
Edifícios										
Prédio ANV	0		59.920.000	59.920.000		4,00%	2.396.800	7.190.400	9.587.200	50.332.800
<b>Total PI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>59.920.000</b>	<b>59.920.000</b>	<b>0</b>		<b>2.396.800</b>	<b>7.190.400</b>	<b>9.587.200</b>	<b>50.332.800</b>
Activos Fixos Tangíveis										
Terrenos										
Terreno do Prédio ANV	0			0		0,00%	0		0	0
<b>Total Terrenos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
Edifícios										
Prédio ANV	85.600.000		-59.920.000	25.680.000	10.272.000	4,00%	1.027.200	-7.190.400	4.108.800	21.571.200
<b>Total Terrenos</b>	<b>85.600.000</b>	<b>0</b>	<b>-59.920.000</b>	<b>25.680.000</b>	<b>10.272.000</b>		<b>1.027.200</b>	<b>-7.190.400</b>	<b>4.108.800</b>	<b>21.571.200</b>
<b>Total AFT</b>	<b>85.600.000</b>	<b>0</b>	<b>-59.920.000</b>	<b>25.680.000</b>	<b>10.272.000</b>		<b>1.027.200</b>	<b>-7.190.400</b>	<b>4.108.800</b>	<b>21.571.200</b>
<b>Total Geral</b>	<b>85.600.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>85.600.000</b>	<b>10.272.000</b>		<b>3.424.000</b>	<b>0</b>	<b>13.696.000</b>	<b>71.904.000</b>

**Fonte:** Elaboração Própria.

A 31/12/10 teríamos de fazer a depreciação do edifício, tanto a parte que consta como AFT como a parte de PI e fazer o teste de imparidade.

## 6.6.2. Análise da situação da empresa após revalorização

A análise será feita essencialmente no ano 2005 para 2006, pois o objectivo é mostrar os impactos imediatos da revalorização do edifício nas contas da ANV.

### 6.6.2.1. No Património

A revalorização do edifício trouxe uma melhoria das contas da empresa, aumentando de forma significativa os valores do Activo e do Capital Próprio da ANV, SA.

**Quadro VI:** variação dos elementos do Balanço (2005 a 2010)

Variações		2005	2006	2007	2008	2009	2010
Activo	Valor	52.329.592	80.331.340	133.113	13.026.477	-9.085.620	16.013.050
	%	0,00%	153,51%	0,10%	9,81%	-6,23%	11,71%
Passivo	Valor	16.127.383	-4.538.751	1.786.441	8.765.024	-10.053.044	11.691.666
	%	0,00%	-28,14%	15,42%	65,53%	-45,41%	96,73%
Capital Próprio	Valor	36.202.210	84.870.092	-1.653.328	4.261.453	967.425	4.321.384
	%	0,00%	234,43%	-1,37%	3,57%	0,78%	3,47%

**Fonte:** Elaboração Própria.

O Activo aumentou em 153,51% de 2005 para 2006, devido ao aumento na quantia escriturada do edifício num valor muito superior e com a diminuição derivada do aumento das depreciações e a diminuição das disponibilidades referente ao pagamento feito ao avaliador.

O Capital Próprio registou uma significativa variação positiva de 234.43% de 2005 para 2006 devido ao Excedente de Revalorização proveniente da revalorização do edifício.

As variações do passivo não dizem respeito à Revalorização do edifício, decorrem da actividade normal da ANV, SA.

As variações registadas de 2007 a 2010 são variações normais. Do ano 2008 para 2009 existe uma variação dentro do activo que deriva da entrada do SNCRF que é a transferência de 70% do edifício para PI. Essa variação não se faz sentir no total do Activo, mas sim se analisarmos separadamente a classe dos AFT.

### 6.6.2.2. No Auto-financiamento / liquidez<sup>98</sup>

**Quadro VII:** Rácios económicos da ANV, SA (2005 a 2010)

RÁCIOS ECONÓMICOS						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Result. Líquido	6.698.247	5.642.426	3.706.976	7.783.080	8.361.351	12.264.867
Deprec. Exercício	1.328.676	4.752.316	4.439.721	4.839.576	4.858.250	4.892.563
Prov + Imparid.	568.263	-464.809	0	3.859.139	3.560.245	2.563.521
<b>Auto-financiamento</b>	<b>8.595.186</b>	<b>9.929.933</b>	<b>8.146.697</b>	<b>16.481.795</b>	<b>16.779.846</b>	<b>19.720.951</b>
Endividamento	44,55%	8,74%	10,07%	15,18%	8,84%	15,57%
Solvabilidade	224,48%	1044,75%	892,85%	658,63%	1031,25%	542,37%
Liquidez geral	277,77%	372,44%	520,44%	302,87%	563,68%	688,66%
Liquidez reduzida	277,77%	372,44%	520,44%	302,87%	563,68%	688,66%
Liquidez imediata	77,17%	115,99%	132,33%	99,79%	203,14%	338,29%

**Fonte:** Elaboração Própria.

Embora o resultado líquido da empresa tenha diminuído do ano 2005 para 2006 (seria normal pois os gastos de depreciação aumentaram), em 1.055.821\$00, a empresa conseguiu, através da revalorização do edifício, assegurar a capacidade de se auto-financiar. O auto-financiamento da empresa aumentou em 16%. Caso a empresa tivesse mantido o seu desempenho económico o aumento do auto-financiamento seria muito maior.

A melhoria é também vista através do aumento da capacidade da ANV, SA em cumprir as suas dívidas a Longo Prazo. A solvabilidade da empresa aumentou em 820,27%, passando de 224,48% (que já era muito bom) para 1.044,75% (muito melhor ainda) de 2005 para 2006. Nos anos seguintes esse indicador manteve-se estável, embora menor que no ano 2006. Podemos ver que o endividamento da empresa também evoluiu de forma favorável, passando de 44,55% em 2005 para 8,74% em 2006. Nos anos seguintes continuou baixo, atingindo o máximo de 15,57% em 2010.

A liquidez da empresa, como já era de se esperar, comportou de forma positiva, aumentando em valores significativos de 2005 para 2006. A liquidez continuou alto, atingindo os seus máximos em 2010.

<sup>98</sup> A base de cálculo dos rácios e as fórmulas contam nos ANEXOS XI e XII, respectivamente.

Essas variações, podem não ser resultados apenas da revalorização do edifício, podem ter ocorrido mudanças na empresa que reflectiram nos rácios acima referidos. Apesar dessas alterações, que fizeram com que os rácios variassem positivamente para a ANV, SA, o principal contributo foi dado pela revalorização do edifício (reflexo do aumento das depreciações e pelo excedente de revalorização).

### 6.6.2.3. Na Tributação dos Impostos sobre os Rendimentos

Com referimos no “Ponto – Impacto das reservas de revalorização na tributação dos rendimentos” o impacto na tributação dos rendimentos é dado pelo aumento das depreciações e pelo reconhecimento do excedente de revalorização.

Assim, o impacto seria nulo caso as leis fiscais estivessem adaptadas ao SNCRF. Se é reconhecido o aumento nas depreciações e o excedente for tributado, a quando da realização do activo poderíamos ver que, de certa forma, não haveria impactos em termos fiscais.

As leis fiscais em Cabo Verde ainda não foram ajustadas, pelo que a totalidade das depreciações do edifício foram integralmente aceites pela Administração fiscal e o excedente de revalorização não foi tributado.

Sendo assim houve uma diminuição nos impostos sobre os rendimentos a pagar pela ANV, SA. Com uma taxa de IUR de 30% e 25% (a taxa era de 30% até 2007 e foi alterado para 25% a partir de 2008), o impacto no impostos a pagar em cada ano foi de:

**Quadro VIII:** Análise do impacto da revalorização nos impostos (2006 a 2010)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Dados com a inclusão a revalorização do edifício</b>						
Resultado Exercício	9.568.923,78	8.060.608,08	5.295.680,24	10.377.439,53	11.148.468	16.353.156
IUR a pagar	2.870.677	2.418.182	1.588.704	2.594.360	2.787.117	4.088.289
Taxa IUR	30%	30%	30%	25%	25%	25%
<b>Dados sem a inclusão a revalorização do edifício</b>						
Deprec. Exerc. (Reval.)	0	3.424.000	3.424.000	3.424.000	3.424.000	3.424.000
Resultado s/ revaloriz.	9.568.924	11.484.608	8.719.680	13.801.440	14.572.468	19.777.156
IUR a pagar	2.870.677	3.445.382	2.615.904	3.450.360	3.643.117	4.944.289
<b>Impacto na tributação dos Impostos sobre os rendimentos</b>						
<i>IUR pago a menos</i>	<i>0</i>	<i>1.027.200</i>	<i>1.027.200</i>	<i>856.000</i>	<i>856.000</i>	<i>856.000</i>
<i>Acumulado de IUR</i>	<i>0</i>	<i>1.027.200</i>	<i>2.054.400</i>	<i>2.910.400</i>	<i>3.766.400</i>	<i>4.622.400</i>

**Fonte:** Elaboração Própria.

O quadro ilustra a diferença entre o resultado e o imposto a pagar, com e sem inclusão da revalorização do edifício. Essa diferença nos impostos (diferença positiva) é o valor que a empresa retém todos os anos provenientes da revalorização do terreno (é esse o valor que deixa de desembolsar).

Para termos uma noção da importância que a revalorização do edifício teve para a ANV, SA, apenas nos anos de 2006 a 2010 a empresa reteve um valor acumulado de 4.622.400\$00.

Até que a lei fiscal seja revista e altere a forma de tributação das revalorizações, principalmente os excedentes de revalorização, quanto é que a entidade poupará de impostos?

#### **6.7. Conclusões sobre o caso**

A ANV, SA é uma empresa sólida, de muito boas condições de progresso no mercado, mesmo antes de efectuar a revalorização do seu maior património (o seu edifício).

A contabilização da revalorização poderia ter sido feita de melhor forma atendendo a aspectos particulares (muito embora este não desvirtue a substância da informação) mesmo atendendo à realidade na data da operação. O excedente de revalorização foi o mesmo que o calculado seguindo o SNRF. Já as depreciações do exercício ficaram um pouco diferentes, a contabilização feita “ignorou” a quantia escriturada líquida do edifício.

Com a revalorização, pudemos verificar que a empresa teve significantes melhorias em quase todos os aspectos, sejam elas de natureza financeira ou fiscal. Isto acabou por consumir a solidez das contas da empresa. Desses impactos, aquele que mais se destaca é o montante que a entidade conseguiu reter derivado dos impostos não pagos.

A não actualização das leis fiscais permitiu que as depreciações decorrentes da revalorização fossem totalmente aceites como gastos fiscais e os excedentes decorrentes do mesmo não serem tributados.

A informação financeira contida no balanço ainda não está claro porque a ANV, SA ainda não transferiu os 70% do edifício arrendado para Propriedades de Investimento.

## 7. CONCLUSÃO

O processo de revalorização de activos fixos tangíveis é custoso e em certos activos, como é o exemplo dos bens imóveis, duradouros.

Assim, muitas entidades não dispõem de capacidade financeira para suportar tal operação, pois ao ser feita uma vez, deve ser feita com frequência, conforme mandam as normas contabilísticas em vigor.

Com a alteração de paradigma de normativos contabilísticos em Cabo Verde, já não é preciso socorrer-se da DC16 para contabilizar as revalorizações. O ambiente contabilístico hoje vivido (SNCRF) é claro quanto ao tema.

No entanto na legislação fiscal, que não acompanhou a evolução das normas contabilísticas, não é claro, ou não é o suficiente, quanto ao tratamento do tema.

Uma entidade ao realizar a revalorização de um activo que esteja mensurado por um valor que não corresponda ao valor real, estará melhorando a sua estrutura financeira e económica em diversos aspectos. Essas melhorias, claras, são vistas tanto a nível do património, como a nível da capacidade de financiamento, a nível da sua maior liquidez, a nível da sua capacidade de reposição da sua capacidade produtiva (através da maior recuperação do investimento, pois acelera no tempo a libertação de meios para o investimento) e essencialmente a nível da tributação dos impostos sobre os rendimentos.

Todos estes impactos são muito bons para uma entidade, mas o que mais se destaca é o impacto na tributação dos rendimentos, pois este último, arrasta consigo a maior parte dos outros impactos, desde a melhoria da liquidez ao aumento da capacidade de a entidade se auto-financiar.

Este grande impacto na tributação de rendimentos só é visto em Cabo Verde porque possui uma legislação fiscal desactualizada em relação ao novo sistema contabilístico que permite tal vantagem. Assim, podemos dizer que o “mau tratamento” das revalorizações por parte das entidades fiscais levam com que uma entidade retenha nas suas contas, disponibilidades, o valor correspondente a percentagem do IUR (imposto



sobres o rendimentos) sobre o aumento verificado nas depreciações decorrentes de uma revalorização. A lei fiscal permite que a totalidade das depreciações de um bem revalorizado seja aceite como gasto fiscal e não se pronuncie quanto à tributação das reservas provenientes da mesma revalorização, o que leva as entidades a se “aproveitarem” dessa lacuna.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros e Revistas

Almeida, R. M. (2009). *O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro*. Lisboa: Edições Técnicas.

Almeida, R. *et all* (2010). *O SNC: Cassos Práticos e Exercícios Resolvidos*. Lisboa: Edições Técnicas.

Bandeira, M., Sousa, B., & Neto, S. (Setembro de 2009). Os activos fixos tangíveis: SNC Vs POC. *Apotec* , 300-302.

Borges, A., & Ferrão, M. (2000). *A Contabilidade e a Prestação de Contas*, 8ª ed. Porto: Rei dos Livros.

Borges, A., Rodrigues, R., & Rodrigues, A. (2005). *Elementos de Contabilidade Geral*, 22ª ed. Lisboa: Áreas Editora, SA.

Caiato, A., & Madeira, P. (2008). *O Encerramento de Contas: na perspectiva contabilístico fiscal*. Lisboa: Áreas Editora.

Correia, F. (2003). Amortizações Aceleradas ou Reavaliações. *Apotec* , 180-186.

Costa, C. B. (2001). *Contabilidade Financeira*, 4ª ed. Lisboa: Rei dos Livros.

Faria, M. J. (Dezembro 2008). Reflexão da Adopção do Justo Valor. *Apotec* , 381.

Martins, A. (Junho 2009). A Tributação das mais - valias, a Inflação e o Incentivo ao Investimento. *Apotec* , 387.

Martins, A. (Junho de 2009). A tributação das Mais-Valias, a Inflação e o Incentivo ao Investimento. *Apotec* , 203-204.

Neves, J. (1995). *Análise Financeira: Métodos e Técnicas*, 8ª ed. Porto: Texto Editora

Pereira, G. F. (1999). *Tratamento Fiscal e Contabilístico das Provisões, Amortizações e Reavaliações*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Lda.

Rodrigues, J. (2010). *SNC Explicado*. Porto: Porto Editora.

Sá, A. L. (1998). *doutrinas*. lisboa: visilis.

Santos, J. G. (2005). *Contabilidade Financeira: Manual de Casos Práticos*. Porto: Quid Juris Sociedade Editora.

Silva, A. C. (2008). *Metodologia da Pesquisa Aplicada a Conntabilidade*. São Paulo: Atlas S. A.

Silva, F. V., Pereira, J. M., & Rodrigues, L. L. (2008). *Contabilidade das Sociedades*. Porto: Plátano Editora.

### **Teses**

Adelino Fonseca (2005). TFC Complemento de Licenciatura. *A reavaliação de imobilizado Corpóreo*.

### **Decretos-Lei**

Decreto-lei nº 1/84 de 28 de Janeiro – Revalorização do Imobilizado

Decreto-lei nº 3/84 de 28 de Janeiro – Taxas de amortização de Imobilizados

Decreto-lei nº 4/84 de 30 de Janeiro – Plano Nacional de Contas

Decreto-lei nº 127/IV/95 de 26 de Junho – Regulamento do Imposto sobre os Rendimentos

Decreto-lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro – Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

### **Sites**

Carrion, D. (25 de Fevereiro de 2010). *A inflação*. Obtido em 26 de Dezembro de 2010, de Gestipolis: <http://www.gestipolis.com>

[www.iasb.org](http://www.iasb.org)

[www.oroc.pt](http://www.oroc.pt)

[www.scribd.com](http://www.scribd.com)

# **ANEXOS**

## ANEXO I

**Quadro IX:** Exemplo de Classes da Classificação do Consumo Individual por Objectivo (CCIO)

Classes da Classificação do Consumo Individual por Objectivo (CCIO)	
00	Total
C01	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
C02	Bebidas alcoólicas e tabacos
C03	Vestário e Calçado
C04	Rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis
C05	Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação
C06	Saúde
C07	Transportes
C08	Comunicações
C09	Lazer, recreação e cultura
C10	Ensino
C11	Hotéis, restaurantes, cafés e similares
C12	Bens e serviços diversos

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

## ANEXO II

**Quadro X:** a evolução dos índices de preços no consumidor e a inflação, em Cabo Verde, no período de 1990 a 2009.

Ano	Varição Média Anual (Taxa de
1990	9,0
1991	6,4
1992	5,2
1993	5,9
1994	3,4
1995	8,4
1996	5,9
1997	8,5
1998	4,4
1999	4,4
2000	-2,5
2001	3,3
2002	1,9
2003	1,2
2004	-1,9
2005	0,4
2006	5,4
2007	4,5
2008	4,4
2009	1,0

Fonte: BCV (Janeiro de 2010)

### ANEXO III

**Quadro XI:** Código de Contas da Classe dos Activos Tangíveis (SNCRF Vs PNC)

SNCRF		PNC	
43	Activos Fixos Tangíveis	42	Imobilizado Corpóreo
431	Terrenos e recursos naturais	421	Terrenos e recursos naturais
432	Edifícios e outras construções	422	Edifícios e outras construções
433	Equipamento básico	423	Equipamento básico e outras máquinas e instalações
434	Equipamento de transporte	424	Ferramentas e Utensílios
435	Equipamento administrativo	425	Equipamento de carga transporte
436	Equipamentos biológicos	426	Equipamento administrativo e social e mobiliário diverso
437	Outros activos ! xos tangíveis	427	Taras e Vasiliames
438	Depreciações acumuladas	428	....
439	Perdas por imparidade acumuladas	429	Outras Imobiizações corpóreas

**Fonte:** Elaboração Própria.

Obs. No PNC as amortizações acumuladas, agora designadas depreciações acumuladas, eram registadas na conta “48 – amortizações e reintegrações acumuladas”.

## ANEXO IV

**Quadro XII:** Elementos que constituem o custo de mensuração de um AFT (SNCRF Vs POC).

<b>SNCRF (NRF 7 - §17)</b> <b>O custo de um activo compreende:</b>	<b>PNC</b> <b>O custo de aquisição e de produção compreende:</b>
<p>O preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos.</p> <p>Qualquer custo directamente atribuível para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.</p> <p>A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.</p> <p>Os gastos de financiamento.</p>	<p>Custo de aquisição – o valor da compra, de fabrico ou de construção acrescido de todos os custos que for indispensável suportar para colocar aqueles elementos patrimoniais em condições de normal utilização.</p>

**Fonte:** APOTEC (Setembro de 2009)



## ANEXO V

**Quadro XIII:** Exemplos de custos directamente atribuíveis e também exemplos de custos que não devem ser considerados na mensuração dos AFT.

<b>Custos atribuíveis (NRF 7 -§18)</b>	<b>Custos não atribuíveis (NRF 7 -§20)</b>
Custos de benefícios de empregados incorridos aquando da produção ou aquisição de um bem.	Custos de abertura de novas instalações
Custos de preparação do local	Custo de introdução de um novo produto ou serviço no mercado
Custos iniciais de entrega e de manuseamento	Custos de inserção de um novo negócio num novo mercado (classe de clientes)
Custos de instalação e de montagem	Custos de administração e outros custos gerais
Custos de teste do activo (se funciona correctamente ou não)	
Honorários	

**Fonte:** APOTEC (Setembro de 2009)

OBS: o reconhecimento dos custos na quantia escriturada de um bem do activo fixo tangível cessa quando o item já está localizado no local pretendido e em condições necessárias para o funcionamento, da forma pretendida, do referido activo.

## ANEXO VI

**Exemplo1:<sup>99</sup> Revalorização com IPC:** Consideremos um bem com uma quantia escriturada bruta de 100 unidades monetárias (UM) e uma depreciação acumulada de 50 UM. O coeficiente de desvalorização monetária a utilizar é de 2,5<sup>100</sup>.

- Cálculos

Correcção da quantia escriturada bruta  $100 \times 2,5 = 250$  UM

<sup>99</sup> Adaptado do TFC de Adelino Fonseca (2005)

<sup>100</sup> Normalmente apurado com base no índice de preço no consumidor e publicado pelo Ministério das Finanças

Ajustamento na quantia escriturada bruta  $250 - 100 = 150$  UM

Correcção das depreciações acumuladas  $50 \times 2,5 = 125$  UM

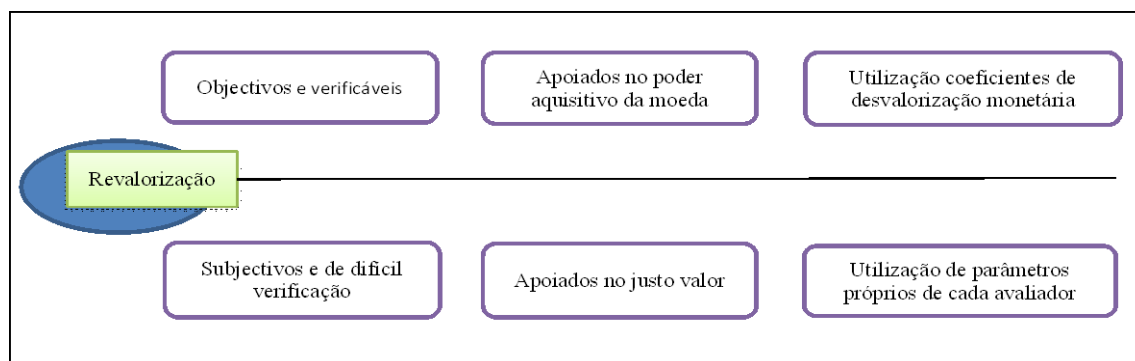
Ajustamento nas depreciações acumuladas  $125 - 50 = 75$

Valor da reserva de revalorização  $150 - 75 = 75$  UM

- Contabilização

	Cód.Conta	Descrição da Conta	Débito	Crédito
de	43	Activo Fixo Tangível		
	433	AFT - Equipamento Básico	150	
a	56	Excedentes de Revalorização de AFT e AFI		
	561	Revalorizações decorrentes de diplomas legais - Decreto - lei nº ... (H: Pelo ajustamento na quantia escriturada bruta)		150
de	56	Excedentes de Revalorização de AFT e AFI		
	561	Revalorizações decorrentes de diplomas legais - Decreto - lei nº ...	75	
a	43	Activo Fixo Tangível		
	433	AFT - Equipamento Básico (H: Pelo ajustamento nas depreciações acumuladas)		75

## ANEXO VII



**Figura 1:** Revalorização com base em diplomas legais Vs revalorização sem ter como base diplomas legais.

**Fonte:** (Borges & Ferrão, 2000; pg.370)

## ANEXO VIII

**Exemplo 2:**<sup>101</sup> A sociedade ABC, SA decidiu optar pelo modelo de revalorização como política de mensuração subsequente de um certo grupo de activos (neste caso é um equipamento básico). Os dados à 31/12/2009 (data da revalorização) constam do quadro seguinte.

Quantia escriturada	50.000.000
Depreciação Acumulada	30.000.000
Anos de Vida Útil	10

Com base numa avaliação de um especialista neste segmento de negócio atribuir um justo valor ao equipamento de 35.500.000\$00.

**Hipótese 1:** A empresa optou por anular as depreciações acumuladas.

- Cálculos:

Quantia Escriturada Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia Escriturada Líquida	Justo Valor	Excedente de Revalorização
(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)	(5)=(4)-(3)
50.000.000	30.000.000	20.000.000	35.500.000	15.500.000

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição do equipamento

<sup>(2)</sup> Depreciação acumulada calculada com base nas quotas constantes<sup>102</sup>.

<sup>(3)</sup> Quantia escriturada líquida<sup>103</sup> a 31/12/2009 de 50.000.000 (custo de aquisição) – 30.000.000 (depreciação acumulada) = 20.000.000

<sup>(4)</sup> Justo valor atribuído através da avaliação.

<sup>(5)</sup> O excedente de revalorização a 31/12/2009 = 35.500.000 (justo valor a 31/12/2009) – 20.000.000 (quantia escriturada líquida) = 15.500.000

---

<sup>101</sup> Adaptado de Almeida, R. et al (2010)

<sup>102</sup> Também designado de método da linha recta é o método de depreciação de activos mais utilizado em cabo Verde, exactamente pelo facto de ser o permitido pela lei fiscal em vigor. O novo normativo (§62 da NRF 7) permite-nos usar ainda o método do saldo decrescente e o método das unidades de produção.

<sup>103</sup> Quantia escriturada líquida = quantia escriturada bruta – depreciações acumuladas

- Contabilização:

	Cód.Conta	Descrição da Conta	Débito	Crédito
de	43	Activo Fixo Tangível		
	438	Depreciações Acumuladas - Equip. Básico	30.000.000	
a	43	Activo Fixo Tangível		
	433	AFT - Equipamento Básico (H: Pela anulação das depreciações acumuladas a data da revalorização)		30.000.000
de	43	Activo Fixo Tangível		
	433	AFT - Equipamento Básico	15.500.000	
a	56	Excedentes de Revalorização de AFT e AFI		
	561	Revalorizações decorrentes de diplomas legais (H: Pelo reconhecimento dos excedentes de revalorização)		15.500.000

**Hipótese 2:** A empresa optou por reexpressar as depreciações acumuladas (reexpressão proporcional).

- Cálculos:

Quantia Escriturada Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia Escriturada Líquida	Justo Valor	Coefficiente de Actualização	Qtia. Escrit. Bruta Actualizaadas	Depreciação Acumulada	Excedente Revalorização
(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)	(5)=(4)/(3)	(6)=(1)*(5)	(7)=(2)*(5)	(9)=[(6)-(7)]-(3)
50.000.000	30.000.000	20.000.000	35.500.000	1,78	88.750.000,00	53.250.000	15.500.000

<sup>(1)</sup> a <sup>(4)</sup> têm a mesma explicação que na “Hipótese 1”

<sup>(5)</sup> Coeficiente utilizado para a reexpressão da quantia escriturada bruta e das depreciações acumuladas. O referido caso o coeficiente foi retirado a parti do valor de avaliação do equipamento. Podem existir casos em que esse coeficiente seja um índice publicado, nomeadamente o IPC<sup>104</sup>.

<sup>(6)</sup> Quantia escriturada bruta actualizada que é: 50.000.000 (Quantia escriturada bruta) x 1,78 (Coeficiente de actualização)

<sup>(7)</sup> Depreciações acumuladas actualizadas: 30.000.000 (depreciações acumuladas) x 1,78 (Coeficiente de actualização)

<sup>(8)</sup> Quantia escriturada líquida actualizada: 88.750.000 (quantia escriturada bruta actualizada) – 53.250.000 (depreciações acumuladas actualizadas)

<sup>104</sup> O índice de preços do consumidor que é publicado pelo Ministério das Finanças.

<sup>(9)</sup> Excedente de revalorização: 35.500.000 (justo valor) - 20.000.000 (quantia escriturada líquida).

O valor a ajustar na quantia escriturada bruta será:

Ajustamentos		
Qtia. Escrit. Bruta Actualizaadas	Depreciação Acumulada	Excedente Revalorização
(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
38.750.000	23.250.000	15.500.000

O ajustamento na quantia escriturada bruta é: 88.750.000 (quantia escriturada bruta actualizada) – 50.000.000 (quantia escriturada bruta) = 38.750.000

Uma outra forma e, talvez mais rápida de chegar aos valores a reexpressar na quantia escriturada e nas depreciações acumuladas, seria:

- montante da reexpressão das depreciações acumuladas<sup>105</sup> = [(35.500.000/4)x6] – 20.000.000 = 53.250.000 – 20.000.000 = 23.250.000

- acréscimo a quantia escriturada do activo bruto<sup>106</sup> = 15.500.000 + 23.250.000 = 38.750.000

- Contabilização

	Cód.Conta	Descrição da Conta	Débito	Crédito
de	43	Activo Fixo Tangível		
	433	AFT - Equipamento Básico	38.750.000	
a	56	Excedentes de Revalorização de AFT e AFI		38.750.000
	561	Revalorizações decorrentes de diplomas legais (H: Pelo ajustamento na quantia escriturada bruta)		
de	56	Excedentes de Revalorização de AFT e AFI		
	561	Revalorizações decorrentes de diplomas legais	23.250.000	
a	43	Activo Fixo Tangível		23.250.000
	433	AFT - Equipamento Básico (H: Pelo ajustamento nas depreciações acumuladas)		

<sup>105</sup> (depreciações anuais após a revalorização efectuada x anos de depreciações já reconhecidas) – saldo (credor) das depreciações acumuladas

<sup>106</sup> Excedente de revalorização + montante da reexpressão das depreciações acumuladas

## ANEXO IX

### Exemplo 3<sup>107</sup>:

Vejamos um exemplo prático sobre a questão dos Impostos sobre as revalorizações (seguiremos o exposto no exemplo 2: hipótese 2). Sabendo que a taxa de IUR em vigor é de 25% e o excedente de revalorização é de 15.500.000\$00, façamos a contabilização do imposto a luz do SNCRF.

Em 31/12/2009

de	5612	Exced. Reval. AFT - Impostos Diferidos	3.875.000	
a	2642	Impostos Diferidos - Passivos por Impostos Diferidos (H: Pelo reconhecimento do passivo por imposto diferido em função da revalorização efectuada a taxa de IUR de 25%)		3.875.000

Em 31/12/2010

1º Amortização do equipamento com base na nova quantia escriturada e os anos de vida que ainda restam.

de	6423	Gastos de depreciação - AFT - Eq. Básico	8.875.000	
a	4383	Depreciação Acumulada - AFT - Eq. Básico (H: Pelo reconhecimento das depreciações do exercício)		8.875.000

Amortizações do exercício = 88.750.000 (nova quantia escriturada bruta) / 10 anos (anos de vida do equipamento) = 8.875.000

2º Temos de desreconhecer a parcela dos excedentes de revalorização em função da variação ocorrida nas depreciações do equipamento.

A variação foi de 8.875.000 (depreciação do exercício com a quantia revalorizada) – 5.000.000 (depreciação do exercício caso não tivesse havido revalorização) = 3.875.000

---

<sup>107</sup> Adaptado de Almeida, R. et al (2010)

de	5611	Exced. Reval. AFT - Antes de Impostos sobre os Rendimentos	3.875.000	
a	591	Resultados Transitados (H: Pelo desreconhecimento da parcela dos excedentes de revalorização em função da variação das depreciações do exercício)		3.875.000

3º Temos de corrigir a conta de “Passivos por impostos diferidos” pela parte referente ao aumento das depreciações, reconhecer a parte do imposto do exercício, afectando o resultado do período (feita com base na taxa de IUR em vigor) e também fazer o ajuste dos resultados transitados nesse mesmo valor.

$$\text{Valor a desreconhecer} = 3.875.000 \times 25\% = 2.218.750$$

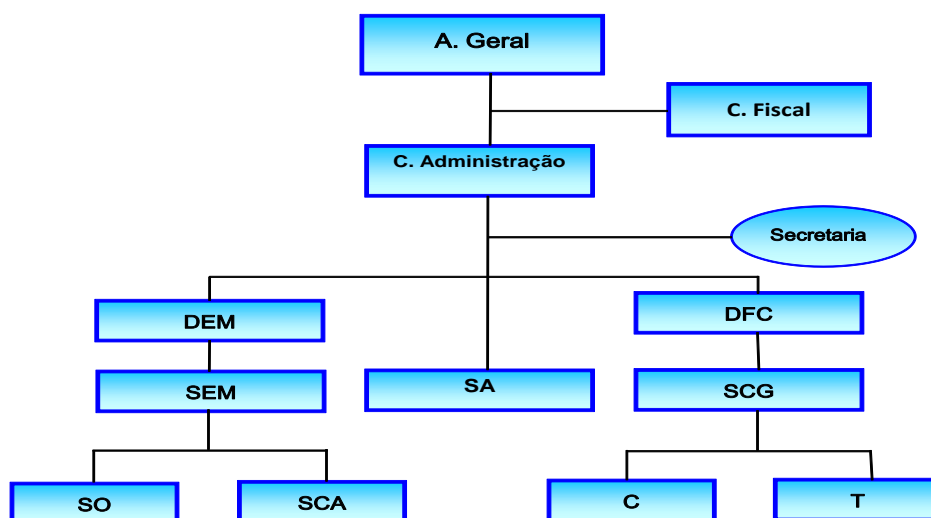
de	591	Resultados Transitados	968.750	
a	5612	Exced. Reval. AFT - Impostos Diferidos		968.750
de	2642	Passivos por Impostos Diferidos	968.750	
a	5932	Imposto sobre o Rendimento do Período - Imposto diferido (H: Pelo desreconhecimento da parcela dos impostos diferidos em função da variação das depreciações do exercício)		968.750

A empresa tem de fazer testes de imparidade todos os anos, por utilizar o justo valor como valor de revalorização. O teste de imparidade consistirá em comparar o valor da diminuição do excedente de revalorização com saldo constante nos excedentes de revalorização. Caso a diferença seja positiva (na ordem em que está referida na frase anterior) a entidade terá uma perda por imparidade (terá de debitar a conta “655 – Perdas por Imparidade em AFT” e creditar a conta “439- Perdas por Imparidade Acumuladas em AFT”).

Em forma de resumo temos “após o registo do excedente de revalorização na conta 5611, a conta 5912 será debitada por contrapartida da conta 2642 pelo montante do imposto correspondente a fracção do excedente de revalorização não relevante para a tributação. Quando o excedente for realizado, a subconta 5612 deve ser creditada pela correspondente fracção do imposto sobre o rendimento por contrapartida da conta 5912.

Em simultâneo, a conta 2642 é debitada em contrapartida de uma subconta da conta 5932 – imposto sobre o Rendimento - diferido”<sup>108</sup>. Esta última é uma conta especialmente criada para o efeito.

## ANEXO X



**Figura 2:** Organigrama da ANV, SA

**Fonte:** Fonseca, A. (2005). *Projecto de Investimento: ANV, SA* [Trabalho de Grupo do 4ºAno de conclusão de licenciatura]: ISCEE

**DEM** = Direcção de Exploração Marítima  
**DFC** = Direcção Financeira e Contabilidade  
**SEM** = Serviço de Exploração Marítima  
**SA** = Serviço Aéreo  
**SCG** = Serviço de Contabilidade Geral  
**SO** = Serviços de Operações  
**SCE** = Serviços de Conta de Escala  
**C** = Contabilidade  
**T** = Tesouraria

<sup>108</sup> Adaptado de “Adopção pela primeira vez do SNC” Almeida, M<sup>a</sup> Céu (Pag. 184)



## ANEXO XI

### Fórmulas dos Rácios

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Capital Próprio}}$$

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{Activo Circulante} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

## ANEXO XII

### Quadro XIV: Base de cálculo dos rácios (valores em escudos)

DADOS						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Capitais Alheios	16.127.382,52	11.588.631,11	13.375.072,27	22.140.096,41	12.087.052,00	23.778.718,00
Capitais Próprios	36.202.209,83	121.072.301,49	119.418.973,66	123.680.426,30	124.647.851,00	128.969.235,00
Capitais Totais	52.329.592,35	132.660.932,60	132.794.045,93	145.820.522,71	136.734.903,00	152.747.953,00
Capitais Alheios a L/P	0,00	0,00	4.878.258,00	3.005.582,00	2.285.569,00	1.598.212,00
Activo Corrente	44.797.523,96	43.160.218,50	44.221.017,51	57.952.942,63	55.249.393,00	152.747.953,00
Passivo Corrente (C. Prazo)	16.127.382,52	11.588.631,11	8.496.814,27	19.134.514,41	9.801.483,00	22.180.506,00
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
disponibilidades	12.444.829,43	13.441.892,93	11.243.950,93	19.094.828,43	19.910.727,00	75.035.014,00

**Fonte:** Elaboração própria.

## ANEXO XIII

### Quadro XV: Demonstração de alterações no Capital Próprio

UNIDADE MONETARIA (escudos)												
DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prest Supl eOutros instrumen tos	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajusta mentos em activos financei ros	Excedentes de revalori zação	Outras variações no capital	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009 (31/12/08)	1											
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	4.2											
Alterações de políticas contabilísticas												
Realização excedente revalorização activos fixos tangíveis e intangíveis							(2)					
Excedentes revalorização activos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações									(1)			
Ajustamentos por impostos diferidos									(3)			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	4.1											
	2											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											
	4.3											
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3											
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações	5											
POSIÇÃO NO FIM DE 2009 (31/12/09)	6=1+2+3+5											

- (1) Excedente de Revalorização
- (2) Transferência da parte realizada da reserva para Resultados Transitados (incorporação nos Resultados)
- (3) Ajuste dos impostos Diferidos